



# PODER LEGISLATIVO DE BRAGANÇA PAULISTA

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS (CAS)

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2004

**PROF. RÉGIS** – Presidente

**DR. GENTIL** – Vice-Presidente

**FABIANA ALESSANDRI** - Membro

**LUIZ SPERENDIO** – Membro

**NICOLA CORTEZ** – Membro

**SONIA VILLAÇA** – participação como membro em setembro de 2004

**PROF. DORICO** – participação como membro em outubro de 2004

## **PALAVRAS DO PRESIDENTE**

Como tem feito desde que foi criada pela Câmara Municipal, a Comissão de Assuntos Socioeconômicos (CAS) apresenta o relatório anual de suas atividades no exercício findo.

O objetivo do relatório é servir como fonte de consulta a todos os cidadãos que buscam dados estatísticos ou informações sobre Bragança Paulista e sobre temas que, durante o ano, se destacaram por sua relevância e interesse público.

Que possam todos tirar deste trabalho o melhor proveito possível e que isso resulte, sempre, em melhoria para a população bragantina – é o nosso anseio.



**CLÓVIS AMARAL GARCIA**  
Presidente da Câmara

## **APRESENTAÇÃO**

No ano de 2004, a Comissão Permanente de Assuntos Socioeconômicos (CAS) da Câmara Municipal da Estância dedicou-se, especialmente, a dois temas que dizem respeito ao presente e ao futuro de Bragança Paulista: a realidade hídrica da região bragantina e o Programa Jovens Construindo a Cidadania (JCC).

Compondo a primeira parte deste relatório (temas em destaque) relatamos, pormenorizadamente, os debates ocorridos, os encaminhamentos feitos e os dados colhidos na abordagem dos temas citados. Também fazemos menção ao primeiro passo dado para que a CAS passe a tratar de questões relacionadas à agropecuária, importante setor da economia local.

Na segunda parte do relatório, conforme tem sido usual, estão os quadros com dados estatísticos sobre Bragança Paulista.

Cabe enfatizar que tanto a realidade hídrica quanto o Programa JCC e também a agropecuária são temas que, por sua importância e abrangência, evidentemente não se esgotam aqui. O que fizemos na CAS foi dar um passo a mais para que assuntos de tamanha grandeza estejam em evidência no Poder Legislativo Municipal. Daí porque o leitor encontrará nas páginas deste relatório uma narrativa detalhada daquilo que ocorreu na comissão. São assuntos para o agora e para o sempre.

Sendo 2004 o último ano da atual legislatura, esperamos, sobretudo, que este trabalho possa auxiliar os agentes políticos que estarão assumindo o mandato a partir de 2005, no intuito, que também é nosso, de cada vez mais garantir a melhor qualidade de vida possível à população bragantina.

Casa do Poder Legislativo, dezembro de 2004.

  
**PROF. RÉGIS**  
**Presidente e relator da CAS**

# **PARTE I**

## **TEMAS EM DESTAQUE**

**2004**

## 1 A REALIDADE HÍDRICA DA REGIÃO BRAGANTINA

Motivada pela oportuna e feliz escolha do tema “Água, Fonte de Vida” feita pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) para a Campanha da Fraternidade de 2004, a CAS acolheu por unanimidade proposta do vereador Prof. Régis para tratar da realidade hídrica de Bragança Paulista, dando, assim, encaminhamento ao assunto que, por indicação daquele vereador, fora apresentado na Tribuna Livre da 3ª sessão ordinária da Câmara Municipal pelo Sr. Antônio de Pádua Oliveira Mello.

O ciclo de debate da CAS ocorreu em suas sessões mensais de março, abril e maio. Nos dois primeiros meses, a comissão debateu o assunto com representantes da comunidade e do Poder Executivo. Em maio, ela convidou representantes da Sabesp para que prestassem informações sobre os pontos que mais se destacaram nas tratativas dos dois meses anteriores.

### Participaram:

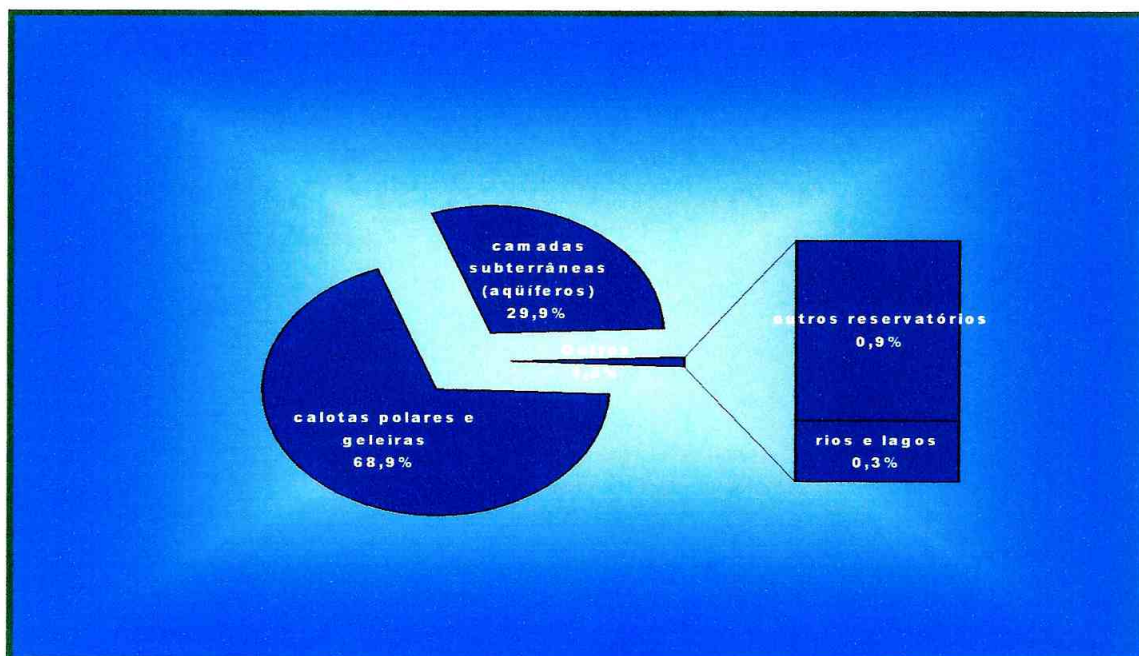
- Antônio de Pádua Oliveira Mello, engenheiro e ambientalista, assessor técnico indicado como representante da Diocese de Bragança Paulista na Campanha da Fraternidade de 2004 e convidado da CAS para a palestra de abertura do ciclo de debate;
- Paulo Hamilton Ribeiro, Secretário de Obras e Meio Ambiente da Prefeitura local;
- Luiz Roberto Lisa Sanchez, Secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura local;
- José Harley de Azevedo, Chefe da Divisão de Meio Ambiente da Prefeitura local;
- Maria Assunção dos Santos, da Associação Bragança Mais;
- Maria Cristina Muñoz, da Associação Bragança Mais;
- Diego Rodrigo de Oliveira, Da Associação Bragança Mais;
- Pedro Garcia Neto, cidadão;
- Luiz Paulo Madureira, Gerente da Divisão da Sabesp de Bragança Paulista;
- José da Costa Faria, engenheiro da Sabesp;
- João Roberto Miranda, geógrafo, Técnico da Sabesp e também representante da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região Bragantina no CBH-PCJ (Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá).

## 1.1 Abertura do ciclo de debate: palestra de Antônio de Pádua Oliveira Mello

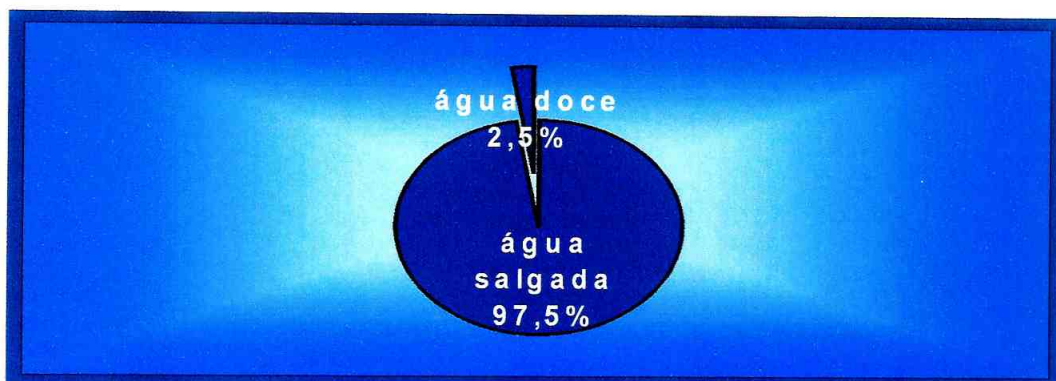
A convite da CAS, o engenheiro e ambientalista Antônio de Pádua Oliveira Mello fez a palestra de abertura do evento em 29 de março e expôs, com recursos de imagens geradas por computador, o estudo elaborado por ele para a Campanha da Fraternidade. Entre os muitos e igualmente importantes dados e pontos para reflexão abordados pelo ilustre palestrante, destacamos:

- *conceito atual de água: "recurso inesgotável na natureza, passível de ser tecnologicamente domesticado, saciando a sede e carregando para longe o indesejável";*
- *há quinhentos milhões de anos a quantidade de água do planeta é a mesma e, portanto, a água não está acabando, mas, sim, sendo utilizada de forma errada e sofrendo as conseqüências disso: o ciclo natural da água tem a interferência negativa do homem;*
- *três quartos do planeta são formados por água, sendo:*

*segundo o reservatório:*



**segundo o tipo de água:**



- o Aqüífero Guarani é considerado a maior reserva de água doce do mundo, abrangendo um pedaço de Minas, uma boa parte do Estado de São Paulo, Mato Grosso, Paraná, o Sul todo, até o Rio Grande do Sul, uma parte do Paraguai e outra da Argentina, mas em alguns pontos ainda não existe nenhum estudo sobre o processo de extração de água nos próximos anos para abastecimento;

- a organização da civilização exigiu água em abundância: água para o comércio, água para a indústria, água para produzir energia, água para plantar, para pescar; no contexto da civilização, polui-se a água e ela é mandada suja para outra cidade, o que não deveria estar ocorrendo;

**Um paradoxo:**

**Água limpa e bem usada:  
vida e bem-estar;**

**Água suja e mal usada:  
destruição e morte**

- temos hoje uma civilização de alto impacto que pensa que a água é um recurso natural inesgotável e que a tecnologia resolverá o problema, mas, e o passivo ambiental?
- o ciclo hidrológico da água passou a ciclo antrópico por sofrer interferência humana;
- a bacia hidrográfica é ambiental porque a questão da água está intimamente relacionada com o meio ambiente, de forma que, em não se tratando deste, nunca se resolverá o problema da água;

- *não adianta a preocupação com o saneamento básico, se não houver um programa de recuperação ambiental;*
- *dentro do consumo da sociedade moderna, existe a sustentabilidade do conforto: isso passa por uma questão ética, pois, quem atinge esse conforto, não mais abre mão dele e, por conta desse conforto de uma minoria, tem-se um índice de pobreza altíssimo, uma carência muito grande de uma maioria;*
- *se esse o nível de conforto hoje, da minoria que detém o poder econômico, fosse estendido a toda a população do planeta, seriam necessários dois planetas e meio;*
- *se houvesse o tratamento terciário, com a remoção de metais pesados, podia haver um maior reaproveitamento da água, mas falta um pouco mais de pesquisa por parte do governo para o desenvolvimento dessa técnica de tratamento terciário;*

PROCEDIMENTOS  
QUE BUSCAM O  
REUSO DA ÁGUA  
DEVEM SER  
INCORPORADOS ÀS  
AÇÕES DE  
ADMINISTRAÇÃO DAS  
CIDADES.

35% por cento da água doce do planeta estão no Continente Americano: 13% só no Brasil – da água doce superficial (rios, lagos) do mundo, 70% da qual se concentra na Bacia Amazônica, enquanto outras regiões do país são áridas. Em épocas de estiagem, pode-se comparar a região do PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá) com o Oriente Médio; sua disponibilidade hídrica é menor que a do agreste nordestino.

Esse foi um resumo da exposição feita por Antônio de Pádua Oliveira Mello quanto à questão da água em termos globais.

Quanto à realidade hídrica da região bragantina, ele considerou a importância da região ante o Estado de São Paulo e o país por ser área de manancial e comentou que a intervenção do Estado com a construção do Sistema Cantareira fora uma ação sem o devido cuidado com a sustentabilidade regional, mencionando que:

- *a represa já estava com enorme limitação em sua capacidade em menos de vinte anos de funcionamento;*
- *o ônus ambiental fora violento para a região bragantina e o Rio Jaguari (maior contribuinte do reservatório) já estava praticamente morto por conta do desvio de mais de 90% de suas águas para o Município de São Paulo;*



- a região perdera área agrícola vistosa no pé da Serra da Mantiqueira, sem qualquer contrapartida;
- a poluição do Rio Jaguari tornara-se um problema crônico, mas a ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) continuava só na promessa;
- era preciso que a Sabesp cumprisse o contrato quanto ao volume de água que devia soltar no Rio Jaguari;
- o Rio Atibaia tinha um tratamento melhor do que o Rio Jaguari, dentro do contexto do Sistema Guarapiranga, porque, abastecendo Campinas, há interesse de que a água seja menos poluída, então lançam mais água no Rio Atibaia que no Rio Jaguari.

No decorrer do debate, diversas propostas foram apresentadas pelo palestrante. A princípio, a CAS destaca as seguintes:

- Melhor aproveitamento do Rio Jaguari como patrimônio que é, a exemplo de cidades como Brotas e Caconde, onde o turismo se desenvolve a partir de um rio.
- Implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) por setor, a fim de tornar viável a obra.
- Incentivo à preservação de nascentes e a ações de recuperação da mata ciliar, com participação da Sabesp no fornecimento de mudas.

Ao concluir a palestra, o engenheiro Antônio de Pádua Oliveira Mello apontou vários locais de Bragança Paulista, fundos de vale cujas nascentes vinham sofrendo a ação negativa do homem, como o localizado no Condomínio Bragança III, onde, segundo ele, deveria existir um reservatório de água para uso daquela região. Como a questão gerou debate, mais adiante constarão as opiniões emitidas a esse respeito.

Na seqüência, focalizamos os pontos que tiveram maior ênfase no ciclo de debates.

## 1.2 Abastecimento e uso de água

José Harley de Azevedo, Chefe da Divisão de Meio Ambiente da Prefeitura local, informou que, quanto à vazão do Rio Jaguari, o controle vinha sendo feito pela Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ). Também noticiou que no *site* do referido Comitê havia uma página com o gráfico da vazão, de 1930 a 2002, percebendo-se bem que nesse período a contribuição de chegada de água na represa do Rio Jaguari diminuiu consideravelmente.

Segundo ele, estava sendo editado um vídeo pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias retro citadas, com tomada de imagens desde as cabeceiras do Jaguari, em Extrema, Camanducaia, percorrendo todo o rio até a formação do Rio Piracicaba, em Americana. Anunciou que tal vídeo seria exibido em televisão, mostrando uma realidade, porque, com a questão da renovação da outorga à Sabesp estando em evidência, São Paulo, por exemplo, tinha um protocolo de intenções assinado pelo Governador de que dez por cento de alívio para o Sistema Cantareira viriam do Alto Tietê.

“Um projeto de urgência está sendo preparado porque, se por um lado há nove milhões de habitantes que usam o Sistema Cantareira, por outro lado há quatro milhões e meio de pessoas que se utilizam também da vazão dos Rios Jaguari e Atibaia, na formação do Piracicaba”. (José Harley de Azevedo).

“O Rio Jaguari joga doze metros cúbicos por segundo no reservatório e, quando tudo vai bem, põem um metro cúbico na saída ou, em época de estiagem, até menos que isso. O único critério é o do abastecimento, não sendo consideradas a sustentabilidade ambiental e a sanidade do rio”. (Antônio de Pádua Oliveira Mello).

“Antes de ser represada, a água de Bragança Paulista, na verdade já havia uma vazão de dez a doze metros cúbicos por segundo e agora, uma semana atrás, estava em zero ponto quatro, ou seja, nem meio metro cúbico, sendo a população local muito prejudicada com isso”. (Maria Assunção dos Santos).

Além da busca de alternativas para o abastecimento da Grande São Paulo, José Harlley falou da necessidade de controle para evitar o uso indevido da água, considerando viável uma campanha para economia do consumo humano e entendendo como mais difícil um controle quanto à irrigação ao longo de toda a bacia e microbacia. Ele comentou que estava sendo montado um cadastro de irrigantes, para que se tivesse a real situação disso tudo, sabendo-se antecipadamente que havia um grande número de irrigantes instalado sem critérios técnicos, responsável por problemas como assoreamentos, despejos de resíduos sólidos em nascentes, entre outros.

“Quando ainda não existia o Consórcio Intermunicipal das Bacias (este criado criado com a participação do hoje vereador Nicola Cortez), durante a elaboração da Constituição do Estado de São Paulo houve uma luta acirrada do Sr. José Ricci junto à Assembléia Legislativa, em favor de emendas à Constituição que protegessem os mananciais, mas tal iniciativa não encontrou eco na região. Se houvesse uma briga maior em âmbito de Constituição, tudo o que estamos discutindo hoje se resolveria pela Carta Magna do Estado, de oitenta e oito.” (Vereador Prof. Régis).

Quanto à irrigação, Antônio de Pádua Oliveira Mello registrou que, conforme sua experiência como engenheiro agrônomo, o método de irrigação correspondia a setenta por cento do consumo de água no mundo, mas a água utilizada na lavoura retornava sem poluição ao lençol freático. Para ele, o mais grave era poluir a água e devolvê-la poluída aos mananciais, como fazia a indústria brasileira com vinte por cento da água.

Ao avaliar que a região bragantina não tinha grandes produtores, aquele engenheiro revelou que nossa região sequer chegava a consumir vinte por cento da água na agricultura e que, quando se falava em sessenta, isso era em âmbito de Brasil e não local.

Lembrando que venceria em agosto a outorga concedida à Sabesp para derivar águas de diversos rios, entre eles o Jaguari, com a finalidade de abastecimento da Grande São Paulo, José Harlley de Azevedo falou de algumas propostas que os Comitês (Paulista e Nacional) das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí estavam estudando

para a discussão da renovação da citada outorga. Dessas propostas, ele citou:

- fixação de limite máximo de retirada de trinta e um metros cúbicos por segundo, mas apenas quando a represa estivesse com cinquenta por cento da sua capacidade armazenada, considerando que hoje a represa está com uma capacidade de dezessete vírgula sete e, pelo estudo técnico, comportaria uma retirada de vinte e cinco a vinte e sete metros cúbicos por segundo, no máximo;
- obrigatoriedade de manter a vazão de cinco metros cúbicos por segundo para o Rio Jaguari, e de quatro vírgula oito metros cúbicos por segundo a vazão do Rio Atibaia – que congregava a barragem do Cachoeira.

Maria Assunção dos Santos e Antônio de Pádua Oliveira Mello defenderam a necessidade de que também em âmbito local fossem adotadas providências. Ela propôs a elaboração de lei que mexesse com o bolso das pessoas que utilizassem água além do normal, argumentando que esse tipo de atitude poderia ser comprovada através de fotografia, coletando-se o endereço do infrator e aplicando-lhe uma multa.

Em linhas semelhantes à sugerida pela representante da Associação Bragança Mais, em maio do 2004 o vereador Marcus Vinícius Valle Júnior apresentou o Projeto de Lei Nº 45/2004, dispondo sobre a utilização de água para limpeza de calçamentos e passeios públicos residenciais e comerciais existentes no município. O projeto foi rejeitado pelo Plenário da Câmara.

O engenheiro Antônio de Pádua Oliveira Mello sustentou que, conforme estatística mundial, todas as cidades que haviam resolvido os seus problemas, principalmente relacionados a meio ambiente, o conseguiram através de leis municipais – e não leis estaduais ou federais. Como medidas que poderiam ser implantadas em âmbito local, falou da importância da preservação de nascentes nos fundos de vale.

Ao expor que era atribuição do governo federal a decisão sobre o uso dos bens do solo, nos termos da Constituição Federal, José Harley de Azevedo apontou entre os fatores que, a seu ver, contribuíam para a degradação ambiental o fato de empresas multinacionais delimitarem uma área sob o pretexto de que seria utilizada para pesquisa. Segundo ele, apresentavam um requerimento de pesquisa e a área ficava reservada por sabia-se-lá quantos anos. Na opinião do Chefe da Divisão local de Meio Ambiente, o governo devia passar a tomar conta das coisas dele e não abrir mão, como acontecia.

“Tem que mudar a legislação. O cidadão vai ao DNPM e faz um processo, entra lá e faz uma reserva de exploração mineral”, reclamou José Harley, acrescentando que o dono das terras ficava a ver navios e a Prefeitura não tinha o poder de influir porque não era competência dela. Explicou que a Prefeitura entrava na hora de fazer a ocupação do uso do solo.

“O que precisa é que essa legislação esteja voltada para o Município nas questões do licenciamento ambiental e da gestão dos recursos hídricos, para cada município nortear os seus problemas, fazer todo o seu levantamento, ter os seus dados, para poder fazer alguma coisa via recurso federal e estadual - o que não ocorre hoje”. O Rio Jaguari estava completamente morto e na cidade só havia uma microbacia protegida, a do Toró, assim mesmo com deficiência por parte da Sabesp”. (José Harley de Azevedo).

Dizendo-se testemunha da situação de reserva em relação ao granito, o vereador Prof. Régis comentou que todo o solo de reserva desse mineral estava nas mãos de três famílias. Afirmou que fizera essa pesquisa havia dezoito anos e a situação continuava a mesma, sem que alguém tivesse tomado alguma providência. José Harley de Azevedo informou que bastava entrar no cadastro mineiro do *site* do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral -, para se obter todas as informações, inclusive o número do cadastro.

Lembrando o princípio número um do meio ambiente (pensar globalmente e agir localmente), Maria Assunção dos Santos enfatizou que ficava muito fácil falar que o rio era federal e, assim, cabia ao governo federal resolver o problema, mas que o seu governo era o municipal e, portanto, ela desejava que esse governo de Bragança Paulista tomasse conta do Rio Jaguari, pois qualquer ação local já permitiria melhorar um pouco a situação.

Retrucando, José Harley de Azevedo comentou que, infelizmente, Bragança Paulista não detinha o serviço autônomo de água e esgoto e toda a poluição que atingia o Rio Jaguari fora provocada pela inundação da Sabesp, da qual a Prefeitura não participara. Ele falou que o esgoto de Vargem vinha para a captação bragantina e, se o esgoto de Bragança Paulista, ia para Jaguariúna, Pedreira, competia, então, ao Estado - que por lei era quem detinha o controle do serviço em Bragança Paulista, via Sabesp.

O Chefe da Divisão Municipal de Meio Ambiente sustentou que o problema do Rio Jaguari era muito maior e o poder público municipal ficava com as mãos atadas, pois podia, sim, ajudar via convênio, conforme permitia a Lei 7663, mas a gestão disso tudo estava sob o poder do Estado.

“O problema está no fato de que governos irem e virem sem o devido cuidado com a questão da sustentabilidade. É preciso dar um novo direcionamento à coisa”. (Antônio de Pádua Oliveira Mello).

Maria Assunção dos Santos perguntou quantos projetos de convênio foram apresentados pela Prefeitura ao governo estadual, ou à Sabesp, ou ao governo federal, de parceria para que alguma coisa fosse feita em prol do Rio Jaguari. José Harley de Azevedo sustentou que era possível buscar apoio junto ao governo federal, já que o Jaguari sempre fora um rio federal e principalmente agora, quando sua bacia estava denominada por lei como sendo federal: o Comitê Federal da Bacia do Piracicaba. Ele garantiu que no âmbito do Comitê havia a cobrança pelo uso da água, até como uma forma de que esses recursos não fossem contingenciados no Tesouro Nacional para cumprir metas do FMI, como ocorrera com o Comitê de Bacias do Paraíba do Sul. Informou que em São Paulo o Comitê não estava cobrando porque não fora definida, inclusive no âmbito do estado, a aprovação da lei de cobrança pelo uso da água. Argumentou que os governos federal e estadual, assim como o federal não tinham recursos.

Antônio de Pádua Oliveira Mello, opinando que podia não ter recurso, mas era preciso ter vontade política, citou como exemplo a realização de um trabalho de recuperação de nascentes e, argumentando que quase todas as propriedades rurais tinham nascentes, propôs a elaboração de um projeto local, prevendo incentivo ao proprietário, fosse através de isenção de impostos ou outra forma, levando-o a desenvolver um trabalho de recuperação e preservação da nascente. Ainda sobre o assunto, ele defendeu uma ação de recuperação da mata ciliar do Rio Jaguari, lembrando que a Sabesp, depois de quinze anos que a represa começara a encher, havia implantado um viveiro enorme, mas ele não sabia dizer para onde iam as mudas ali produzidas.

Entendendo que tudo isso envolvia projetos e recursos, José Harley de Azevedo declarou que todo o dinheiro de arrecadação que seria gerido pela Agência de Bacias do Piracicaba se destinaria justamente para um programa de recuperação e que, em relação a isso, o Consórcio faria, junto com o Comitê, todo o cadastramento nas cabeceiras. Ressaltou que o município bragantino era bastante irrigado. O Sr. Antônio de Pádua perguntou se o Município não faria nada e esperaria o Consórcio ou o Comitê e, quanto ao município bragantino ser bastante irrigado, ressaltou que, no entanto, as nascentes locais não recebiam nenhum cuidado e o que se via era pessoas desmatando ou construindo casas do lado de uma nascente, pois na zona rural não havia controle algum de obras, nem de nada, e a pessoa fazia o que queria.

Com relação a construções às margens do Rio Jaguari, Maria Assunção dos Santos perguntou ao Secretário Municipal de Obras se havia alguma exigência – como o EIA/RIMA, por exemplo – para construção de alguma obra ou portos de areia, inclusive sobre a colocação de dragas no interior do rio. Em resposta, Paulo Hamilton Ribeiro declarou que era preciso a Prefeitura fornecer certidão de ocupação do solo, mas que não era solicitado EIA/RIMA. Acerca da colocação de dragas no rio, afirmou que precisava de autorização da Prefeitura, assim como das licenças ambientais. Diante disso, a Srta. Maria Assunção dos Santos propôs à comissão o envio de pedido à Prefeitura sobre quais os portos de areia cadastrados no Município.

A CAS enviou pedidos de informações e a Prefeitura respondeu:

- Portos de areia cadastrados no Município: 14
- Olarias cadastradas no Município: 85

Fonte: Ofício CM-141/04, da Prefeitura local.

José Harley de Azevedo noticiou que, em relação a portos de areia e extração de argila, ou produção de olarias, vinha um processo desde 1998 e houvera um acordo com o Ministério Público, mas aqueles que participaram do acordo não cumpriram os compromissos firmados e a partir de 2001 a promotoria pública fizera uma negociação via produtores – acerca de todos os problemas que envolviam olarias e portos de areia – com prazo de dois anos e, portanto, com vencimento em 2003. Comentando que eram diferentes os processos para queima do tijolo e para extração de argila, discorreu sobre cada um. Acrescentou que, questionada pelo Ministério Público, a Prefeitura fizera um relatório, um mapeamento das olarias e portos de areia. “Existe um passivo ambiental, que a promotoria, evidentemente, vai cobrar dessas pessoas”, frisou.

Quanto à abertura de novos portos de areia ou extração de argila, ele informou que, aos cidadãos interessados, ele explicava a necessidade de os procedimentos serem compatíveis com a legislação e fazia um roteiro sobre como proceder, pois era preciso percorrer todos os órgãos ambientais e, quando a Cetesb devolvia o processo ao DNPM dizendo que podia extrair argila no município, ou areia, a pessoa devia apresentar-se com a licença de operação da Cetesb e então a Prefeitura fornecia o alvará de funcionamento. Destacou que assim já ficava inserido o programa de recuperação da área. Acrescentou que nos três últimos anos não havia sido concedida nenhuma autorização. “Fica uma fortuna para você licenciar uma atividade dessa! Tanto em relação à queima do tijolo quanto à extração imagino que fique em torno de dez mil reais e o cálculo é feito com base numa regra que é por hectare!” – registrou.

Diante de tais informações, Maria Assunção dos Santos propôs também que a comissão pedisse o levantamento desse processo junto à Promotoria de Meio Ambiente, argumentando que, salvo engano, as pessoas que utilizavam dragas e retiravam areia do rio tinham responsabilidade civil sobre a área durante dez anos. Considerou, também, a possibilidade de haver multa cuja arrecadação fosse direcionada a ações do município na área ambiental.

Quanto à situação apontada pelo engenheiro Mello, relativa ao Condomínio Bragança III, Paulo Hamilton Ribeiro sugeriu levantamento para saber quem era o proprietário da área e, sendo a Prefeitura, que fosse providenciado o fechamento dela para evitar o depósito de entulho e de terra no local.



Ao anunciar que houvera um processo de recuperação ambiental daquela área em função do passivo ambiental resultante do empreendimento ali instalado, José Harley de Azevedo relatou que a área era licenciada pelo DPRN e a empresa responsável pela construção dos prédios fizera plantio para recuperação da mata ciliar e tudo o mais, porém não dera resultado, não houvera manutenção e, cerca de um ano atrás, o síndico daquele condomínio procurara a Prefeitura para saber quais seriam os procedimentos. Conforme o Chefe da Divisão de Meio Ambiente, após aquela conversa, houvera contato com a empresa construtora para saber o processo de toda a área que tinha de ser recuperada. Ele disse que não sabia qual era a empresa, mas sabia que era de fora e ela, empresa, encaminhara o processo, fora revitalizado perante o DPRN e então o pessoal que administrava o loteamento estava providenciando toda a parte de recuperação ambiental.

Antônio de Pádua Oliveira Mello estranhou o fato de se deixar nas mãos de uma empresa de fora, que não tinha nenhum interesse na cidade, fazer o projeto de recuperação de uma área aquela. Ele propôs que o responsável pelo passivo ambiental da área fosse chamado à comissão, para que se soubesse o que estava sendo feito e que providência podia ser tomada. Afirmou que, do ponto de vista técnico, todos os vales em Bragança Paulista tinham água e ele não acreditava que aquele lugar não tivesse nascente. Sugeriu que fosse implantado um parque público naquele local, preservando-se as nascentes que ali existiam.

O vereador Prof. Régis disse que também no Henedina Cortez abria-se uma grande erosão, a qual vinha atingindo nascentes das chácaras localizadas na Estrada Atílio Menin. Também denunciou a existência de dois lixões no local, que, segundo ele, vinham contaminando o meio ambiente. Noticiou que já apresentara pedido de informações à Prefeitura a respeito, assim como à promotoria pública, tendo chegado ao seu conhecimento que fora instalado um alambrado no local, o que também estava sendo alvo de reclamações. O vereador lembrou, ainda, que a Câmara aprovara um terreno para construção da sede da Escola de Samba do Lavapés, no qual havia uma grande quantidade de água e vinha sofrendo processo de aterro, localizado na Avenida Eusébio Savaio.

Sobre o terreno doado à escola de samba, o Secretário Municipal de Obras, Paulo Hamilton Ribeiro informou que a Prefeitura já abria os drenos antes da terraplenagem, de modo que a área estava toda drenada, e esclareceu que aquela área não possuía nascente, não sendo, portanto, de preservação ambiental, pois a água vinha de cima, não brotava naquele terreno. O vereador Prof. Régis registrou que era de chamar a atenção a quantidade de minas de água que escorria pelos bueiros, tanto que,

quando faltava água da Sabesp, os moradores da região recolhiam essa água que formava “bica” dentro de bueiro. Maria Assunção dos Santos perguntou se era possível verificar se a área da Escola de Samba do Lavapés era ou não de nascentes, ou de preservação.

### 1.3 Renovação da outorga à Sabesp para derivar águas de rios da região destinadas ao abastecimento da Grande São Paulo.

Conforme apontado por José Harley de Azevedo, em agosto de 2004 venceria o prazo de vigência da portaria que autorizava a Sabesp a derivar águas do Rio Jaguari e outros para o abastecimento da Grande São Paulo.

A Portaria Nº 750, de 05 de agosto de 1974, do Ministério de Minas e Energia, com validade de trinta anos, autorizou a Sabesp a derivar até trinta e três metros cúbicos por segundo das águas provenientes dos Rios Jaguari, Cachoeira, Atibainha e Juqueri, no Estado de São Paulo, com a finalidade de abastecer a Grande São Paulo.

A esse respeito, o Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Município noticiou que o **CBH-PCJ** estava realizando um trabalho, para envio à **ANA** (Agência Nacional de Águas) e ao **DAEE** (Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo), com o intuito de inserir diversas propostas de benefícios para a região na renovação dessa outorga, algumas dessas propostas já comentadas por ele (vide fls. 7 e 8).

*“Nos anos 70, quando da assinatura da Portaria 750 do Ministério de Minas e Energia, as coisas vinham de cima para baixo; atualmente existe envolvimento nas decisões públicas, destacando-se a participação de ONGs (Organizações Não-Governamentais), e dos próprios Consórcio e Comitê de Bacias Hidrográficas como os do PCJ”,* frisou o edil Prof. Régis.

Antônio de Pádua Oliveira Mello, lembrando que o Rio Jacareí não constava da outorga citada na portaria, falou da importância de que todos participassem do processo de renovação para a exploração das águas do Rio Jaguari pela Sabesp, considerando que isso abria oportunidade para conquistar benfeitorias que a região bragantina ainda não tinha. Aproveitou para registrar que o primeiro reservatório participava com aproximadamente dezoito metros cúbicos por segundo de água, dos trinta e um metros cúbicos de todo o sistema, sendo o Rio Jaguari responsável por cerca de dois terços desses dezoito metros cúbicos.

Ao iniciar as tratativas para encaminhar documento sobre tal questão, a **CAS** tomou conhecimento de que a **CEI** (Comissão Especial de Inquérito) do Rio Jaguari, em funcionamento na Câmara e composta pelos edis Miguel Lopes, presidente, Marcus Vinicius Valle Júnior, relator, Dr. João Soares, Fabiana Alessandri e Gislene Cristiane Bueno (Gi), membros, - já estava providenciando requerimento sobre tal questão, tendo por base informações prestadas pelo engenheiro Luiz Roberto Lisa Sanchez.

Com efeito, em 26 de maio de 2004, aquela CEI elaborou, em nome dos dezenove vereadores bragantinos, o **Requerimento N° 576/2004**, aprovado por unanimidade na Casa e endereçado ao **Ministério de Minas e Energia** e à **ANA**, propondo que a renovação da autorização para que a Sabesp explorasse as águas do Rio Jaguari fosse condicionada a medidas para a garantia do abastecimento local e a preservação do manancial. Foi dado conhecimento dessa propositura ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá que parabenizou a CEI e a Casa pela iniciativa e apontou que grande parte das propostas coincidiam com as do próprio Comitê.

A nova outorga, de fato, estabelece uma série de condições e também procedimentos de monitoramento freqüente dos mananciais do Sistema Cantareira. Em linhas gerais, a CAS pode afirmar que foram contemplados os anseios do CBH-PCJ, assim como os evidenciados pela Câmara Municipal, através da CEI do Jaguari e dos demais vereadores, no Requerimento N° 576/2004. Em tese, portanto, os objetivos foram alcançados. A grande esperança é que a nova outorga seja rigorosamente cumprida.

└ Para conhecer os termos da nova outorga feita à Sabesp, consulte a **Portaria DAEE N° 1213, de 06 de agosto de 2004.**

No momento de elaboração deste relatório, o inteiro teor dessa portaria estava disponível em página da internet do DAEE. Também é possível acessar o monitoramento da ANA a respeito dos rios abrangidos na outorga em referência.

ANA: [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)

DAEE: [www.dae.gov.br](http://www.dae.gov.br)

Para quem não dispõe de acesso por meio eletrônico, a Câmara Municipal, no acervo do Departamento de Documentação e Assessoria Parlamentar, também conta com o material citado.

O importante é que todos estejam atentos às condições estabelecidas na outorga agora em vigor.

#### **1.4 Falta da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) em Bragança Paulista**

Quanto à falta da ETE em Bragança Paulista, José Harley de Azevedo, Chefe da Divisão de Meio Ambiente da Prefeitura, considerou a descarga de esgoto sem tratamento nos ribeirões a maior degradação ambiental sofrida por Bragança Paulista e informou que a Secretaria de Meio Ambiente e a Vigilância Sanitária tinham o mapeamento de 30 pontos graves de lançamento de esgoto, a partir do Ribeirão do Caetê, nas proximidades do Colégio Porto Bragança, até o lançamento final no Rio Jaguari, na foz do Lavapés. De acordo com ele, em decorrência disso a Sabesp recebera várias multas, no valor de R\$ 4.500.000,00 cada uma.

Destacamos, a seguir, algumas das considerações feitas no ciclo de debates sobre a questão da ETE:

#### **José Harley de Azevedo:**

- *Itatiba não trata nada de seu esgoto. Atibaia tem em andamento projeto da sua ETE. Vinhedo já tem cerca de oitenta por cento do seu esgoto tratado. Valinhos teve ajuda da Sanasa (Sociedade de Abastecimento e Saneamento S.A.) e repasse de financiamento do governo federal, para acelerar a construção da sua ETE, por favorecer a captação da Sanasa, muito próxima do Ribeirão Pinheiros;*
- *Nas cidades onde a Sabesp atua, realmente não se vê nada em termos de investimento.*
- *A distância entre o Rio Jaguari, daqui de Bragança Paulista até Pedreira é considerada suficiente para diluir a carga orgânica e isto é dado como condição técnica e não como desculpa.*
- *Fala-se em investimento da Sabesp de cerca de seis milhões; no entanto, não acredito ser esse o valor do investimento, pois Valinhos está construindo a sua estação a um custo em torno de nove milhões.*

- *Resultado de pesquisa feita entre dois mil e um e dois mil e dois, relativo a recurso financeiro que cada Comitê recebia do Fehidro para ser distribuído em sua bacia, em que setenta por cento dos Municípios elegeram como prioridade investimentos na área de saneamento básico, ou seja, tratamento de esgoto, enquanto os trinta por cento restantes ficaram distribuídos entre drenagem urbana, projeto de barramento e outros projetos.*

### **Antônio de Pádua Oliveira Mello:**

- *A Sabesp paga multa de quatro milhões e meio, sendo que o investimento para fazer a ETE é cerca de oito milhões, segundo o último orçamento da própria Sabesp, se não estou enganado, do ano de 2000.*

- *Sendo a questão da água bem definida em Bragança Paulista, já que a cidade possui quatro ou cinco vales por onde a água passa – poderiam ser feitas várias pequenas estações de tratamento de esgoto, por setor, já que Sempre que se fala em estação de tratamento de esgoto, ouço dizer que tecnicamente deve ser feita primeiro a rede de emissários, cujo custo pode ser até superior ao da ETE.*

- *o emissário do Ribeirão do Toró foi uma solução paliativa, pois resolveu o problema do Tanque do Moinho, mas a poluição continua sendo atirada no Ribeirão do Lavapés.*

### **Maria Assunção dos Santos:**

- *Pode ser que a Sabesp esteja recebendo as multas, mas não esteja fazendo o pagamento delas.*

- *Neste debate estão reunidos representantes do Poder Legislativo, do Poder Executivo, de ONG e da Igreja, podendo sair daqui um documento dirigido ao Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, mostrando a preocupação local e o anseio por investimentos por parte da Sabesp, em forma de retorno pelo uso da água de Bragança Paulista.*

- *Caso o serviço de água e esgoto retorne à Prefeitura, esta teria condição de construir a ETE?*

### **Paulo Hamilton Ribeiro:**

- *Para avaliar se a Prefeitura teria condição de, em retomando o serviço de saneamento básico, construir a estação de tratamento de esgoto, com verba própria ou financiamento, é necessário saber, antes, qual a arrecadação da Sabesp em Bragança Paulista, o que permitiria avaliar, inclusive, sistema alternativo de tratamento de efluentes.*

- *Cerca de um ano atrás, tendo verificado junto à Sabesp, o custo completo da rede coletora no Jardim Águas Claras era de R\$ 2.000.000,00. Como diversos bairros bragantinos não possuem rede coletora, é possível, pelo custo referente a um bairro, imaginar o valor total e portanto o custo do emissário pode ser superior ao da ETE.*

### **Vereador Prof. Régis:**

- *É preocupante também o quanto demora a construção da ETE. Em 1991, o governo Fleury realizou processo de licitação para a estação de tratamento do município de Franca, cuja obra levou doze anos para ser feita e isso numa cidade essencialmente poluidora por força da indústria de curtume.*

Acatando sugestão de Maria Assunção dos Santos, a CAS encaminhou o pedido para saber sobre a arrecadação da Sabesp em Bragança Paulista, por se tratar de informação importante para avaliações atuais e futuras:

#### **ARRECADAÇÃO DA SABESP EM BRAGANÇA PAULISTA**

Mês/ano	Valor (R\$)
Janeiro de 2003	1.528.583,00
Fevereiro de 2003	1.308.650,00
Março de 2003	1.351.520,00
Abril de 2003	1.406.816,00
Mai de 2003	1.330.170,00
Junho de 2003	1.329.729,00
Julho de 2003	1.252.553,00
Agosto de 2003	1.362.513,00
Setembro de 2003	1.390.078,00
Outubro de 2003	1.393.780,00
Novembro de 2003	1.530.219,00
Dezembro de 2003	1.881.081,00
Janeiro de 2004	1.644.291,00
Fevereiro de 2004	1.479.293,00
Março de 2004	1.565.185,00

Fonte: Sabesp (Ofício MNMM3-047/2003)

Também foi encaminhado pela comissão pedido ao Ministério Público a respeito da ETE. Na resposta concedida em 1º de junho de 2004, a Promotora de Justiça Kelly Cristina Alvares Fedel informou que havia sido realizada reunião em 13 de abril de 2004, com a presença do prefeito Jesus Adib Abi Chedid, do Dr. José Galileu de Mattos, do Dr. Adib Kassouf Sad, da Dra. Regina Helena Piccolo Córdim, advogada da Sabesp, e dos engenheiros José Júlio Pereira Fernandes, Superintendente da Unidade de

Negócio Norte da Sabesp, e Nelson Bevilacqua, ocasião em que fora levado ao conhecimento do Ministério Público que já tinha sido estabelecida pela Prefeitura e pela Sabesp área para a construção da ETE, estando em curso projeto básico e executivo. A Promotora informou, ainda, que, segundo acordado na citada reunião, havia sido solicitada à Superintendência da Unidade de Negócio Norte da Sabesp a remessa de relatório circunstanciado referente à implantação da ETE de Bragança Paulista. Na ocasião, o Ministério Público aguardava resposta a esse pedido.

### 1.5 Sistema Alto Cotia

Maria Assunção dos Santos relatou que, segundo informações extra-oficiais, existia, já pronta, uma represa no Sistema Alto Cotia e não estava sendo permitida a abertura das comportas porque a Sabesp tinha que apresentar toda a documentação de impacto ambiental, mas não estava conseguindo fazê-lo. Solicitando encaminhamentos a quem de competência para que fosse esclarecido o assunto, ela registrou que, a partir dos encaminhamentos, poderia até se interferir no processo, para evitar um tipo de chantagem de se fechar a água do lado de cá e, com isso, justificar a abertura do lado de lá, mesmo sem a documentação relativa ao EIA/RIMA. Lembrou que os loteamentos clandestinos de Bragança Paulista também eram frutos da falta de estudo de impacto ambiental.

#### Sistema Alto Cotia

- Água proveniente da Represa Paulo Beicht (a água vem do Rio Cotia e vai até a Represa da Graça, onde é feita a captação de água bruta para o tratamento) e transportada para ETA Morro Grande;
- A produção de 1,3 mil litros de água por segundo é responsável pelo abastecimento de 380 mil habitantes de Cotia, Embu, Itapeçerica da Serra, Embu-Guaçu e Vargem Grande;
- sistema atende 2,1% da população.
- Em 11 de abril de 2000, a produção foi reduzida em trinta por cento, passando para 900 litros de água por segundo e tal medida foi tomada por causa do baixo nível da represa, comprometida devido à estiagem;
- Para evitar o colapso na represa, em 20/6/00 a Sabesp executou a obra de transferência de 700 litros por segundo de Guarapiranga para Alto Cotia, através dos booster's Butantã e Granja Viana.

Informações colhidas por meio eletrônico e lidas pelo presidente da CAS. vereador Prof. Régis. quando do debate do assunto na comissão.

“Diante desses dados é até possível a liberação de um pouco de água para São Paulo”, concluiu o presidente da CAS.

Por sua vez, o vereador Dr. Gentil referiu-se a comentário de que existiria uma represa no Bairro do Anhumas. José Harley de Azevedo declarou que, no âmbito do Comitê e do Consórcio, ele não ficara sabendo dessa possibilidade e que, em relação à ocupação do solo, hoje estava sendo feita de maneira mais cautelosa pelo Município. Maria Assunção dos Santos considerou que hoje também existia o estatuto das cidades, o qual devia ser obedecido integralmente pelo administrador.

Sobre o Sistema Alto Cotia, a CAS enviou inúmeros requerimentos. A Sabesp, em resposta, deu informações sobre a capacidade produtiva do referido sistema e os municípios atendidos por ele. Ela também informou: “O Sistema produtor Alto Cotia foi liberado de licenciamento de instalação e de operação em virtude de ter sido construído antes da exigência legal (31/08/81), conforme documentação emitida pelos órgãos de fiscalização e controle ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.” (Ofício MN 163/04, datado de 19 de maio de 2004, da Superintendência de Unidade de Negócio Norte da Sabesp);

O Secretário de Estado de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento e o Dae, enviaram resposta semelhante, constando que: “A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, a quem cabe a responsabilidade de operação do referido Sistema, conforme Nota de Esclarecimento, em anexo, requereu a regularização da outorga de direito de uso de recurso hídrico, conforme a legislação vigente, encontrando-se o processo em análise neste departamento... Esclarecemos que a documentação de impacto ambiental exigida para o funcionamento do Sistema é de competência da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. (Ofício 0734/2004, datado de 17 de agosto de 2004, da Superintendência do Departamento de Águas e Energia Elétrica – Dae – do Estado).

Quanto à manifestação da Secretaria de Estado de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, também constou que: *Bragança Paulista faz parte da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, CBH-PCJ, juntamente com outros 57 municípios e o Sistema Alto Cotia está contido na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT), composto por 36 municípios, com uma população de aproximadamente 18 milhões de habitantes*



A comissão registra que a Nota de Esclarecimento referida é da Sabesp e nela constam informações sobre a capacidade operacional e mapa referente ao Sistema Alto Cotia e, novamente, que “a Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, na qual está prevista a elaboração de EIA/RIMA, foi promulgada em data posterior à época da construção do empreendimento”.

### **1.6 Participação de Bragança Paulista no Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, no Comitê BCH-PCJ e no Projeto “Entre Serras e Águas”**

A participação de Bragança Paulista em órgãos e projetos de abrangência regional também foi abordada no ciclo de debate da CAS.

José Harley de Azevedo registrou ser o Sr. Cláudio Antônio de Mauro - prefeito de Rio Claro, presidente dos Comitês Federal e Estadual das Bacias PCJ e também presidente do Grupo Técnico do Sistema Cantareira – um profissional obstinado, comprometido técnica e politicamente em resolver os problemas das bacias. Concordando, Maria Assunção dos Santos acrescentou que, quando se falava em Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, a única confiança que a sociedade civil tinha era no Professor Cláudio Antônio de Mauro, por ele ser técnico, assim como em outros nomes citados pelo Sr. José Harley, como José Machado, prefeito de Piracicaba, Francisco Lahóz, o Sr. Fumach, atual prefeito de Itatiba, que vinha fazendo uma ótima gestão como presidente do Consórcio.

O vereador Nicola Cortez falou de seu contentamento por ser sido ele, no segundo mês de seu mandato como Prefeito de Bragança Paulista, a dar o primeiro passo para a formação do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, juntamente com o então prefeito Machado. Também disse que durante os quatro anos de sua administração se empenhara em favor dessa causa, tendo solicitado empréstimo junto ao Banco Mundial para a obra de saneamento, pois, na época, os peixes chegavam mortos ao Rio Piracicaba, enquanto agora o pessoal de lá estava consumindo os peixes. Sobre o que lhe diziam naquela ocasião, que era muito tarde porque tudo já estava comprometido, afirmou que costumava responder: “Se tivessem começado quinze anos atrás, nós não estaríamos na situação em que estamos hoje. Nunca é tarde. Os jovens devem lutar muito por essa causa.”

Maria Assunção dos Santos perguntou quanto Bragança Paulista, na condição de consorciada, pagava ao Consórcio e também perguntou se Bragança Paulista havia sido contemplada com algum projeto e, em caso

positivo, com quanto, bem como se o município bragantino apresentara algum projeto técnico ao Fehidro.

Em resposta, o Chefe da Divisão de Meio Ambiente da Prefeitura local, José Harley de Azevedo, informou que Bragança estava pagando mil novecentos e sessenta e oito reais por mês, que era a contribuição de cada um dos sessenta e dois municípios consorciados, e que as empresas participavam com um valor mensal maior que o das prefeituras.

Quanto a projetos executados com recursos ao Fehidro, ele declarou que, como o Município não era operador do serviço de saneamento básico, a cidade não precisara recorrer a recursos do Fehidro naquele momento. Acrescentou haver observado, no entanto, que, dentro do âmbito do Comitê, como era saneamento básico, chegara a se votar a destinação daqueles recursos para a Prefeitura de Itatiba, para a Sabesp de Itatiba, a fim de trabalharem na ETE, já que no Comitê a preocupação atual realmente era o tratamento de esgoto.

Indagando como estava o relacionamento entre o Executivo e as chefias da Sabesp, a Superintendência da Sabesp, o vereador Dr. Gentil lembrou que tempos atrás ele e os vereadores Jango, Toninho Monteiro e Luiz Silva participaram de reunião com o Superintendente da Sabesp, a quem foram levados todos os problemas de saneamento básico de Bragança Paulista e o qual afirmara categoricamente que tudo dependia de um relacionamento deles com o Executivo local e que a Sabesp só investiria pesado na cidade se houvesse um bom relacionamento com o Executivo. O edil explicou que por isso estava abordando tal questão.

Paulo Hamilton Ribeiro declarou que, se a Sabesp investisse, ela estaria cumprindo um acordo, uma obrigação dela. Segundo ele, não tinha como a Prefeitura chegar e romper um contrato se a Sabesp estivesse cumprindo a parte dela. Portanto, ela não precisava ficar com receio. “A única coisa que eu sei é que nós estamos fazendo várias obras em parceria com a Sabesp” – informou o Secretário de Obras, dizendo que isso era previsto em contrato, tais como prolongamento de rede de água ou esgoto.

Foi feita observação, por Antônio de Pádua Oliveira Mello, de que a concessão do serviço de saneamento básico venceria em dois mil e nove. Maria Assunção dos Santos avaliou que, dependendo do valor da multa, compensava pagá-la para rescindir o contrato. Ela pediu que a CAS buscasse informação sobre qual o valor do investimento que Bragança Paulista fizera no Consórcio, quantos projetos foram apresentados, aprovados, e quais as contrapartidas do valor investido.

Segundo ela, durante esses doze anos, aproximadamente, que a cidade participava do Consórcio, houvera um investimento de cerca de trezentos e sessenta mil reais, de forma que, se tivesse algum projeto feito e aprovado pelo Fehidro, a cidade teria no mínimo uma verba de quinhentos mil reais, como tivera a pequena cidade de Extrema para tratar seu rio. A representante da Associação Bragança Mais, ressaltando que ela e o engenheiro Antônio de Pádua Oliveira Mello participaram do Projeto "Entre Serras e Águas", esclareceu que fora elaborado um projeto e nele estavam contemplados um viveiro, um veículo, um computador e uma verba de setenta mil, que seria destinada à Guarda Municipal Ambiental, verba essa que teria chegado recentemente à Divisão Municipal de Meio Ambiente.

José Harley de Azevedo informou o seguinte:

- *Do projeto do Fórum Entre Serras e Águas, originário do convênio entre DER e Secretaria de Meio Ambiente, assinado em julho do ano passado com a Prefeitura, recentemente chegara uma viatura do primeiro projeto 'Viveiro-Escola' – que já estava em funcionamento e a Divisão de Parques e Jardins da Prefeitura já estava em início de produção de mudas.*
- *Na gestão do Viveiro-Escola havia um convênio com a Mata Ciliar, o Sindicato Rural e a Trópica Flora, e o gestor indicado pelo prefeito para o referido projeto era o engenheiro Jorge Bélix de Campos.*
- *O veículo referente a primeiro projeto já chegara, estava em nome da Prefeitura como doação do Estado, dentro daqueles dois projetos que haviam sido elaborados e de cuja execução houvera a participação, inclusive, do Sr. Antônio de Pádua.*
- *Os dois projetos foram analisados e, ao ser a Prefeitura consultada pelo presidente do Fórum sobre a necessidade de alguma alteração, o Prefeito houvera por bem que permanecessem da forma como estavam, já que atendiam perfeitamente aos objetivos almejados.*
- *Com relação ao segundo projeto, estava em fase de capacitação de fiscal ambiental e também chegara um veículo, o qual se encontrava em fase de licenciamento, aguardando apenas o termo de repasse do Estado para o Município.*
- *Sobre os demais equipamentos para o funcionamento do viveiro, entre eles os computadores, informou que estavam em fase de licitação, porque era uma quantidade enorme de equipamentos – tubulação, conexão, caixa d'água, bomba para poço artesianos – que viria da Secretaria em forma de doação ao Município.*

Segundo ele, podia ser que alguém falasse que existia verba e que ela não fora retirada, mas os repasses aconteceram em forma de equipamentos para o funcionamento do Viveiro-Escola e para capacitação de pessoal, pois deveria ser designado alguém, da Guarda Municipal ou da Divisão de Posturas do Município, para que uma brigada pequena e inicial passasse a fazer uma fiscalização preventiva, mesmo porque a punitiva pertencia à Polícia Ambiental do Estado, embora, em âmbito local, na parte preventiva, a fiscalização de posturas também pudesse ser feita, com a aplicação do Código de Obras.

Ele aproveitou para comentar que havia uma corrente no âmbito do Comitê, e mesmo dentro do Consórcio em defesa de procedimentos com licenciamentos mais agilizados, de fazer barramentos nas cabeceiras das nossas microbacias, tendo como objetivos o armazenamento de água e a alimentação do lençol freático.

Sobre tal iniciativa, Maria Assunção dos Santos observou que a idéia era deixar dez por cento de água nessa espécie de reservatório. José Harley de Azevedo comentou que isso envolvia uma série de fatores, como vontade do proprietário da área, agilidade no licenciamento ambiental, na outorga pelo DAEE. Adiantou que existiam produtores rurais nas cabeceiras já predispostos a colaborar na construção dessas pequenas barragens, as quais possibilitariam a retenção de água nas cabeceiras.

Maria Assunção reconheceu que no Consórcio existiam profissionais técnicos, da área de meio ambiente, de extrema confiança e respeitabilidade. Sobre os equipamentos recebidos, ela citou que o que a cidade estava recebendo fazia parte do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Plano Entre Serras e Águas, porquanto não devia ser “capitalizado” para o deputado Edmir Chedid.

## 1.7 O que disseram os representantes da Sabesp

Depois de ouvir os representantes da sociedade e do Poder Executivo, a CAS reuniu-se, em maio, com representantes da Sabesp, para discutir os principais pontos abordados nas reuniões dos dois meses anteriores.

Luiz Paulo Madureira, Gerente da Divisão local da Sabesp, fazendo comentários sobre a água a partir do tratamento, noticiou que:

- *no momento, a estação de tratamento de Bragança Paulista estava captando por volta de quatrocentos e cinqüenta litros por segundo e isso, para ele, como vazão média, seria suficiente para abastecer todo o município, mas ainda faltava reservação;*
- *estava em fase final de licitação a construção de seis reservatórios de um milhão de litros cada um, a ampliação do sistema de recalque da captação através da construção de uma nova adutora de água bruta, possibilitando o aumento da adução para a estação de tratamento de água;*
- *também se encontrava em fase de ampliação a capacidade da estação de tratamento de água de Bragança Paulista e a idéia era ampliar o sistema, de quatrocentos e cinqüenta litros por segundo, para seiscentos litros por segundo;*
- *com essa vazão e esses reservatórios, além de mais uma elevatória a ser construída, com certeza, haveria o abastecimento para toda a cidade de Bragança Paulista, sem intermitências;*
- *tais obras já estavam em fase final de licitação, após o que elas seriam iniciadas e iriam resolver definitivamente o problema de falta de água em Bragança Paulista e em alguns bairros isolados poderiam ocorrer problemas localizados, mas não ligados a produção de água ou a tratamento.*

Indagado pelo vereador Prof. Régis a respeito da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), o Sr. Madureira esclareceu que o projeto dessa obra tinha previsão para ser concluído em julho de 2004 e a partir daí já se entraria com o processo de licença ambiental, previsto para estar concluído dentro de seis a sete meses. Acrescentou que o processo licitatório seria a etapa seguinte, a qual também levaria um tempo médio de seis meses para ser concluída, registrando que a execução dessa obra dependia de financiamentos.

Perguntado pelo mesmo vereador se a obra da ETE seria uma realidade dentro de cinco ou seis anos, o Gerente da Divisão local da Sabesp afirmou que, pela estimativa da empresa, havia condições de a execução da obra sair até setembro de 2005, dependendo, também, de haver a verba de financiamento. O vereador Prof. Régis, ponderando que a verba viria de outro país, avaliou que o tempo era absorvido por toda a burocracia e lembrou que a instalação da ETE da cidade de Franca levaria mais de dez anos para ser concluída, depois de licitada.

Sobre tal observação, o Sr. Madureira declarou que as coisas não se repetiam dessa forma e ele acreditava que no caso de Bragança o processo seria bem mais rápido, pois existia o empenho da Sabesp e existia o empenho do governo em resolver a situação.

João Roberto Miranda, Geógrafo, Técnico da Sabesp e membro do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, ressaltando que falaria não só em nome da Sabesp, mas também como profissional residente em Bragança Paulista e membro da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, a qual representava no Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e no Comitê PCJ, registrou, inicialmente, que:

- *com relação aos recursos hídricos na região bragantina, obviamente a conversa começaria com os rios que eram represados pelo Sistema Cantareira - abrangendo as regiões de Mairiporã, Nazaré Paulista, Piracaia, Joanópolis, Vargem e Bragança Paulista - e a Sabesp represava esses rios nas cabeceiras da Bacia do Piracicaba;*

- *esse sistema abastecia nove milhões de pessoas na Grande São Paulo e mais quatro milhões e meio à jusante dos reservatórios, de forma que era incontestável a importância desses mananciais, onde a Sabesp represava, para a região e a Grande São Paulo;*

- *os mananciais à jusante dos reservatórios, até em função da operação do Sistema Cantareira, sofreram interferência ao longo desses trinta anos, a tal ponto que o uso e a ocupação do solo nas várzeas dos ribeirões levaram a uma situação de total descontrole praticamente no Rio Jaguari e no Rio Atibainha, na região de Nazaré Paulista.*

Noticiando que o Comitê PCJ criara um grupo de discussão da outorga do Sistema Cantareira e desde janeiro realizara onze reuniões, das quais fora elaborado relatório de recomendações do Consórcio, do Comitê e da região propriamente dita, o geógrafo noticiou que tivera a oportunidade de estar presente em todas essas reuniões, representando a Associação dos Engenheiros, e existiam várias recomendações à Sabesp para renovação da outorga, entre elas a do prazo, prevendo-se dez e não mais trinta anos de concessão e com revisão sempre que ocorresse algum problema relacionado a qualidade e quantidade de água na região.

“Talvez, o ponto de maior relevância que a gente está conseguindo é que o Comitê está recomendando aos órgãos outorgantes – o DAEE em São Paulo e a Agência Nacional de Águas em Brasília - vazões mínimas nos rios Jaguari, Cachoeira, em Piracaia, e o Atibainha, em Nazaré Paulista” – registrou o manifestante, acrescentando que essas vazões mínimas aumentariam à medida que se aproximasse o final dos dez anos da outorga.

Considerando isso bastante louvável, o Sr. Miranda comentou que, dado o período prolongado de estiagem nos últimos cinco anos, o Rio Jaguari estava praticamente sem vida, a tal ponto que vinham sendo mantidas vazões mínimas para se conseguir captar um pouco de água no Curitibanos, dentro de uma qualidade razoável para tratamento e distribuição à população de Bragança Paulista. Avaliou que essa realidade ia se repetindo à medida que o rio se aproximava de Piracicaba, expondo: *“A gente tem, no Comitê, trabalhado, mensalmente, dentro de uma câmara técnica, onde a gente decide essas vazões para os rios, à jusante, mensalmente, de tal forma que a gente está tentando fazer com que o sistema consiga sobreviver – quer dizer, ter um volume de água armazenado para atender às regiões de jusante em época de estiagem e atender à Grande São Paulo, que são os dois grandes objetivos do Sistema Cantareira”*.

Durante o pronunciamento do geógrafo João Roberto Miranda, diversas perguntas foram feitas e ele as respondeu conforme segue:

#### **Questões abordadas pelo vereador Prof. Régis:**

- se havia condições de a represa voltar a ser como era antes;
- se o Consórcio poderia fazer um trabalho para também o interior do Estado de São Paulo tivesse o programa Bônus da Água;
- se a Sabesp se utilizava do Aquífero Guarani com poços artesianos;
- se havia algo previsto pela Sabesp quanto ao Rio Camanducaia, no trecho entre Toledo, Pedra Bela e Socorro, tendo em vista comentários existentes sobre isso.

#### **Respostas do Sr. Miranda:**

*- sobre a represa voltar a ser como antes:*

- comentou que isso era uma certeza, mas, para tanto, não se sabia se em dois mil e cinco ou dois mil e seis, pois havia necessidade de um plano de contingência para a Grande São Paulo;
- o Comitê estava sugerindo à Sabesp um plano de contingência para recuperação do Sistema Cantareira e uma das medidas já adotadas pelo governo era Bônus da Água, em vigência na Capital (bonificação de 20% na conta de água para quem conseguisse uma economia superior a 20% na média mensal de consumo), mas, caso o reservatório já estivesse perdendo volume, certamente se empregaria o racionamento;

*- ampliação do Bônus da Água para o interior do Estado:*

- disse acreditar que isso fosse questão de estudos, pois em princípio fora pensado para a Grande São Paulo, porém era óbvio que se deveria pensar, para o Estado de São Paulo como um todo, em políticas de recursos hídricos, assim como se deveria pensar em políticas de saúde, de transporte, mas em políticas regionais e não em políticas setorializadas;

- informou que o próprio Comitê Hidrográfico das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá estava sugerindo à Sabesp, na questão da outorga, e recomendando ao Governo do Estado políticas regionais, ou seja, políticas estaduais de recursos hídricos, pois a questão de recursos hídricos estava interligada, ou seja, o que não se usava em Bragança era o pouco que sobrava para Pedreira e assim por diante;

- revelou que a média de transferência da Bacia do Piracicaba para a Grande São Paulo era de trinta e um metros cúbicos de água por segundo, mais dois na região de Mairiporã, completando trinta e três;

- ressaltou que a média do mês de abril de 2004 fora de vinte e seis metros cúbicos por segundo e a de maio ficara em torno de vinte e sete metros cúbicos por segundo, uma queda que, segundo ele, estava refletindo a economia havida na cidade de São Paulo;

- acrescentou que houvera uma pluviometria considerável no carnaval, nos cinco ou seis dias de duração do evento, quando praticamente dobrara o volume de água do Sistema Cantareira, recuperando-se quase cinquenta por cento do volume armazenado;

- quanto ao Aqüífero Guarani:

- esclareceu que o trecho mais próximo de Bragança Paulista estava na Serra do Botucatu, de onde ia em direção a Bauru, Araçatuba, enquanto que, na região onde estávamos, o solo era formado por um material bastante antigo – uma rocha íngreme, cristalina – impróprio para a perfuração de poços artesianos, porquanto o abastecimento local se fazia com mananciais de superfície;

- informou que a Sabesp e os próprios serviços de água operados pelos municípios começavam a lançar mão em poços profundos a partir de Americana, em direção a Oeste ou à região norte do Estado de São Paulo;

- disse que as chuvas, na região de Extrema, de Camanducaia, giravam em torno de mil e oitocentos milímetros por ano, enquanto que em Campinas esse número era de mil e trezentos, mil e quatrocentos, e, em Piracicaba, mil e duzentos, esclarecendo que na medida que se vinha na direção da Serra da Mantiqueira a pluviometria aumentava e por isso se falava que a região bragantina era típica produtora de água e por isso os técnicos na década de sessenta pensaram em reverter água para a Grande São Paulo;

- quanto a algo previsto pela Sabesp em relação ao Rio Camanducaia:



- falou da elaboração do Plano de Bacias pelo Comitê PCJ, plano esse no qual, em função de estudo feito cerca de dez anos atrás, na época em que o vereador Nicola Cortez era vice-presidente do Consórcio, foram descobertas algumas alternativas de regularização de vazão, de armazenamento de água, nos rios da região;

- acrescentou que o Rio Camanducaia, que nascia em Minas Gerais e corria em direção a São Paulo, sendo afluente do Rio Jaguari à jusante da cidade de Jaguariúna, o que existia e voltava à baila era um represamento entre Pedreira e Jaguariúna, um outro represamento no Rio Jaguari, à jusante da cidade de Morungaba, nas proximidades da cidade de Pedreira, além de ter sido estudado um outro represamento que não seria no Rio Atibaia, mas com a possibilidade de captar água daquele rio através de um barramento e construir uma represa no Rio Fazenda Velha, onde já estava instalado o loteamento da Fazenda Baronesa – motivo pelo qual a idéia havia sido descartada;

- salientou que na Sabesp, propriamente, não havia nada, mas o Comitê PCJ, junto com o Consórcio, vinha estudando algumas alternativas de aumento de vazão para os rios, através de regularização dos próprios mananciais locais;

- relatou que um outro trabalho em desenvolvimento no Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá previa o aproveitamento de mananciais locais, como o Ribeirão do Toró, o Ribeirão da Penha, o Tanque do Moinho e outros que poderiam ser regularizados para abastecer parte do município;

- quanto à opção de uso de mananciais locais, considerou que isso seria benéfico para a qualidade da água, pois o próprio Município poderia elaborar sua legislação de conservação daquela microbacia hidrográfica, sem precisar pensar num manancial proveniente de outro município e deixando a dependência exclusiva sobre o Rio Jaguari; declarou que isso vinha sendo desenvolvido na Prefeitura de Jaguariúna, cujo Prefeito se interessara pelo projeto e onde já haviam sido identificados três mananciais, suficientes para o abastecimento de cinquenta por cento daquela cidade; ressaltou que tal projeto, para ele, refletia o uso de uma visão macro para uma ação local de conservação da água dentro do município.

#### **Questões formuladas por Maria Assunção dos Santos:**

- se havia alguma ação efetiva para ressuscitar o Rio Jaguari, com recursos do Consórcio a título de retorno do investimento do Município.
- se seria possível ter um projeto técnico do Consórcio em favor do Rio Jaguari.

## **Respostas do Sr. João Roberto Miranda:**

*- sobre ação efetiva para ressuscitar o Rio Jaguari:*

- falando pela Sabesp a respeito de ação sobre o Rio Jaguari, registrou que uma das recomendações que o Comitê fazia ao DAEE e à ANA em relação à outorga do Sistema Cantareira dizia o seguinte: “face às baixas vazões descarregadas pelo Sistema Cantareira nos Rios Atibainha e Jaguari, que provocaram a descaracterização das margens e calhas desses mananciais, a Sabesp deverá contratar estudos de avaliação e promover a recuperação das calhas desses rios, nos trechos compreendidos entre as represas e a confluência do Rio Cachoeira, na ponte da Rodovia SP-65, respectivamente, no prazo de dois anos;
- esclareceu que o Consórcio era uma associação de usuários da água, de forma que, assim sendo, pagava uma mensalidade ao órgão a título de manutenção – o que, para ele, não queria dizer que aquilo teria que reverter em obra para determinado associado. “O que nós pagamos é uma taxa de sobrevivência da equipe técnica” – registrou o manifestante, informando que atualmente existiam quarenta e três empresas e quarenta e três Prefeituras consorciadas e que até o momento não havia nenhuma empresa bragantina na condição de consorciada.

*- sobre viabilidade de projeto técnico do Consórcio em favor do Rio Jaguari:*

- afirmou que esse dinheiro não estava disponível em caixa do Consórcio e que durante os quinze anos em que o referido organismo estava em funcionamento a verba era empregada na sua subsistência;
- explicou que o Consórcio tinha à disposição da sociedade civil e dos consorciados um corpo de técnicos, registrando: “Na verdade, o que o Consórcio consegue fazer – e faz muito bem – é buscar onde tem a fonte de recurso, os contatos em Brasília, com o governo estadual, através do Fehidro, quer dizer, fazer ações que o Município de repente não tenha condição de fazer, ou não tenha corpo técnico à altura para fazer, ou tenha mas esteja fazendo outra atividade, que o Consórcio possa estar disponibilizando.”
- considerou, ainda, que, se a sociedade civil tivesse uma demanda, deveria se reportar ao Consórcio para a busca conjunta – em parceria – de soluções.

Com base em tal informação, Maria Assunção dos Santos perguntou ao engenheiro Luiz Roberto Lisa Sanchez se era possível a Prefeitura buscar essa parceria junto ao Consórcio. O citado engenheiro,

referindo-se a ações efetivas para salvar o Rio Jaguari, registrou que era preciso ter água em seu leito mediante a liberação de maior volume do líquido na represa – e ele não via outra forma.

Na avaliação de Lisa Sanchez o debate do assunto era muito importante e oportuno, dada a proximidade do prazo de vencimento da outorga do Sistema Cantareira. Para ele, toda a sociedade devia tomar posicionamento a respeito de tal processo, não só o Comitê, mas toda a sociedade, para que a Sabesp – para ele, a grande beneficiária do Sistema Cantareira – fizesse a sua parte em relação a São Paulo, para onde eram desviados trinta e três metros cúbicos por segundo de água, que acabava se transformando em esgoto que, por sua vez, era despejado no Rio Tietê.

“A gestão compartilhada já é uma solução dada pelo Consórcio”, sustentou Maria Assunção dos Santos, a qual insistiu na indagação ao Secretário Municipal de Planejamento sobre se ele poderia interceder em favor de uma parceria com o Consórcio para estudar o que poderia ser feito, de imediato, em relação ao Rio Jaguari, em questões como a permanência de dragas e a realização de limpeza básica em seu leito.

A respeito, o Sr. Lisa Sanches voltou a afirmar que não havia sentido em tal ação, porque não havia água no rio. Maria Assunção dos Santos disse que ficaria no aguardo da resposta a requerimento feito anteriormente, sobre as ações realizadas pelo Município. O vereador Prof. Régis registrou que, conforme a informação dada pela Prefeitura, fora executado um projeto no ano de 2000, referente à canalização do Ribeirão do Lavapés, no trecho da ponte da Travessa Tamoio até a confluência com o córrego do Legionários.

Também em atendimento ao solicitado por Maria Assunção dos Santos, a CAS encaminhou pedido de informações e o vereador Prof. Régis registrou a seguinte resposta recebida: “o Município pagou ao Consórcio, de 31 de janeiro de 1995 a 06 de abril de 2004, o total de cento e quarenta mil e seiscentos e noventa e sete reais e quanto ao período de 1989 a 1994 não fora possível a Prefeitura efetuar o levantamento, uma vez que o seu processo de informatização tivera início em 1995, porquanto seria necessário um tempo maior para apresentar as informações desse período”.

Foram essas as questões que tiveram maior ênfase nas tratativas sobre a realidade hídrica da região bragantina durante o ciclo de debate da CAS em 2004.

## 2 PROGRAMA JOVENS CONSTRUINDO A CIDADANIA (JCC)

O “Jovens Construindo a Cidadania” (JCC) é um dos programas desenvolvidos pela Polícia Militar de Bragança Paulista, originário dos Estados Unidos e que, no Brasil, foi implantado primeiramente em Bauru. Trata-se de ação desenvolvida em escolas, num trabalho direto com os jovens para a sua boa formação como cidadãos, tendo por objetivo a redução da delinquência juvenil.

*“Em Bragança Paulista, o programa foi implantado no ano 2003, em duas escolas. Em 2004, até maio, a PM conseguiu implantá-lo em nove escolas das dez previstas para o ano. Capitão Luiz Marcelo Filogonio, Comandante da 1ª Companhia do 34º Batalhão da Polícia Militar.*

Em sessão ordinária da Câmara Municipal, no dia 18 de maio de 2004, o Capitão Luiz Marcelo expôs a dificuldade enorme enfrentada por aqueles que trabalhavam o JCC nas escolas e solicitou ajuda da Câmara na busca de parceiros para tal programa. O coordenador do Programa JCC em Bragança Paulista é o Cabo PM Raul Wagner Tadeu Lencini.

Justificando o pedido de ajuda à Câmara, aquele Comandante explicou que a Polícia estava combatendo os problemas, porém, sozinha e com os mecanismos legais vigentes no momento, ficava praticamente inviável desenvolver uma atitude mais firme.

Coube à Comissão de Assuntos Socioeconômicos (CAS) dar o encaminhamento do assunto apresentado no Plenário pelo Capitão Luiz Marcelo.

Assim, a CAS pautou a questão em suas sessões de maio, junho e outubro e contou com a participação de:

- Capitão PM Luiz Marcelo Filogonio, Comandante da 1ª Companhia do 34º Batalhão da Polícia Militar/Interior;
- Cabo PM Raul Wagner Tadeu Lencini, Coordenador do Programa JCC em Bragança Paulista;
- Prof. Valter Dias Lopes, Dirigente Regional de Ensino;
- Tenente, Dorival Francisco Bertin, Secretário Municipal de Trânsito e Segurança de Bragança Paulista;
- Dra. Regina Aparecida Miguel, Presidente da OAB local;
- Diléa Lopes Correa Pinto, Assistente Social, da Universidade São Francisco;
- Evandro Luiz Amaral Ribeiro, Pró-Reitor Comunitário da Universidade São Francisco (USF)
- Ismara de Carvalho Bastos, Voluntária do Programa JCC;
- Marisa Ferreira de Lima, Conselheira Tutelar;
- Karina Célia Mancinelli, Conselheira Tutelar;
- Julie Maria Ferreira da Silva, Conselheira Tutelar;
- Dr. Celso Antunes Rodrigues, Presidente do Conselho Municipal de Educação;
- Marisa Bigon Antunes Rodrigues, Supervisora de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação;
- Maria Letícia Fonseca Aliano, Supervisora de Ensino da Secretaria Municipal de Educação;
- Ana Maria Leme Suarez Rossi, Diretora da Escola Municipal Profa. Maria Elisa Quadros Câmara;
- Maria Assunção dos Santos, da Associação Bragança Mais;
- Prof. Edmir Baptista Cruz, da Rede Estadual de Ensino;
- Aldo Vasconcellos, Presidente do Rotary Club Bragança Paulista e Vice-Presidente do Conseg (Conselho de Segurança);
- Leandro Luiz Caetano, Presidente do Conseg (Conselho de Segurança);
- Marcos Geraldo De Oliveira, 1º Secretário do Conseg;
- Cleonice José de Souza, estagiária de Pedagogia da Universidade São Francisco.

## 2.1 A exposição inicial do Cabo Raul Lencini, coordenador e multiplicador do JCC em Bragança Paulista

O Cabo PM Raul Wagner Tadeu Lencini, numa abordagem inicial sobre o tema, destacou que a intenção era transmitir a todos o desejo da Polícia Militar de atentar para o problema de segurança envolvendo o jovem, dado o elevado índice de delinquência juvenil. "Trago um apelo público feito no sentido de alertar todos para o grave problema de violência, especificamente a violência nas escolas", enfatizou.

Seu testemunho foi o de que, trabalhando diretamente nas escolas – embora soubesse que a violência atingia não só essas instituições – detectara nelas um problema maior, porque ali se concentrava um grande número de jovens e crianças que amanhã se responsabilizariam pelo futuro da cidade e do país.

Ele apontou os principais problemas que estava verificando nas escolas:

- *formação de gangues – segundo ele, grupos extremamente organizados, com características e identificação próprias, que brigavam em defesa de seus territórios, não no sentido bairrista, mas por interesses financeiros até, utilizando-se de armas;*

- *brigas constantes entre jovens ou entre grupos;*

- *invasão dos estabelecimentos de ensino por desconhecidos;*

- *evasão daquele aluno que faltava às aulas, mas, sim, que a cabulava aula, o que vinha ocorrendo de forma crescente e assustadora;*

- *desrespeito do jovem ao funcionário público, este no desempenho de sua função, fosse professor, servente, ou outro funcionário – situação que, conforme salientou, vinha se tornando mais constrangedora e problemática, inclusive com represálias contra servidores de escolas;*

- *permanência de pessoas estranhas nas portas das escolas, dificultando o policiamento.*

“Quero deixar claro que não falo em omissão por parte do educador ou da direção da escola, mas, sim, que a resposta do jovem, do adolescente, sempre é contrária”, frisou o policial, dizendo entender que somente a educação não resolveria o problema, assim como não o resolveria a ação isolada da Polícia Militar. Ele destacou a necessidade de participação de toda a sociedade e que, para tanto, solicitara o auxílio da Câmara Municipal e da CAS e, nesta, o Vereador Prof. Régis propusera que houvesse debate e propostas em torno da questão.

## Propostas do Cabo Raul

Ações estratégicas	Outras ações
<ul style="list-style-type: none"><li>- realização, numa primeira fase, de um fórum de debates envolvendo Segmentos dos três poderes constituídos e da sociedade civil;</li><li>- criação, na segunda etapa, de uma comissão ou de um conselho municipal específico, envolvendo pelo menos uma pessoa de cada Segmento participante do referido fórum, para acompanhar o projeto de reorganização social;</li><li>- Terceira fase: preparo de uma equipe para conhecimento maior no tocante às leis, às regras, aos procedimentos e a outras coisas que pudessem contribuir para o desenvolvimento do Programa JCC;</li><li>- Última fase: divulgação dos procedimentos tomados, dos resultados obtidos e dos objetivos do trabalho através dos meios de comunicação.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- quanto à parte de segurança, ampliação dos serviços pertinentes à segurança escolar, com o envolvimento da Polícia Militar – incluindo a corporação dos bombeiros, a polícia ambiental – da Polícia Civil, da Guarda Municipal, do Conselho Tutelar, do Comissário de Menores, e de empresas de segurança particular através de parceria com a sociedade civil;</li><li>- criação de um banco de dados para cadastramento das pessoas que permaneciam na porta das escolas;</li><li>- criação de uma lei de incentivo fiscal às empresas que pudessem colaborar, de alguma forma, com o Programa.</li></ul>

Para as ações estratégicas, ele sugeriu a realização de uma campanha municipal de educação e bom comportamento, começando pelas escolas da rede municipal, se estendendo às da rede estadual e, finalmente, às particulares, cujo trabalho seria acompanhado, monitorado, pelo conselho cuja criação havia sugerido. Os focos de atuação, conforme ele, seriam primeiramente as escolas e os clubes esportivos – que poderiam abordar a educação comportamental – as igrejas, independente da linha religiosa, associações, ONGs.

Sobre o aumento da segurança, o Cabo Raul enfatizou:

- a importância do patrulhamento ostensivo-preventivo – que de alguma forma já vinha sendo feito;
- o policiamento investigativo;
- a realização de palestras mais intensas de orientação;
- a fiscalização através dos poderes competentes;
- o correto encaminhamento – que seria discutido posteriormente;
- agenda de atividades programadas com a comissão municipal, para um desenvolvimento consciente dessas ações, com direcionamento específico aos estabelecimentos com maior prioridade de atendimento, ou seja, com maiores problemas.

Como bom exemplo de ação já em prática, citou a Escola Assis Gonçalves, a qual colocara um segurança particular em sua porta, contratado através de uma empresa e pago provavelmente com dinheiro da APM – Associação de Pais e Mestres.

## 2.2 Os debates sobre o tema

Após a manifestação do Cabo Raul, os representantes de entidades expressaram suas posições.

O professor Valter Dias Lopes, Dirigente Regional de Ensino, avaliou que, em relação aos problemas na porta das escolas, só mesmo a ação policial poderia coibi-los – e tal ação vinha ajudando muito.

Concordando com o vereador Prof. Régis em que realmente bastante coisa dependia de uma boa direção, o Dirigente Regional de Ensino citou como exemplo positivo a escola localizada no Parque dos Estados, onde – declarou – houvera grande avanço na parte social, com atividades esportivas e artísticas, diminuindo, e muito, o problema de violência, tanto interna quanto externa. Acrescentou que, enquanto isso, havia nas proximidades uma outra escola onde nunca existira um trabalho constante e cuja situação no momento, infelizmente, era muito complicada. Noticiou que em algumas escolas a administração vinha sendo trabalhada, para melhorias, entre elas: EEMABA, Prof. Luiz Alegretti, Prof. Sílvio de Carvalho Pinto, Sebastião Ferraz de Campos.


O Secretário Municipal de Trânsito e Segurança, Dorival Francisco Bertin, observou que por vezes ele era chamado a atender alguma situação em escola estadual, ia até lá para tomar as providências e, havendo a necessidade de encaminhamento à delegacia, a direção se negava a isso até sob a alegação de que não registraria o fato em boletim de ocorrência para não trazer problemas administrativos ou não denegrir a



imagem da escola. Disse de sua certeza de que não isso se tratava de orientação da Diretoria Regional de Ensino.

Ao destacar o grande auxílio da Guarda Municipal, Valter Dias Lopes declarou que existiam algumas razões para o receio de diretores e professores. Explicou que havia um registro mensal feito pelo diretor, nas escolas onde o problema e a periculosidade eram maiores. Disse tratar-se de um programa do Prodesp, feito via internet, no qual se registravam, mensalmente, as ocorrências mais graves. Sobre o receio da direção, justificou que isso existia pelo fato de o diretor entender que, tornando público o nome da escola em casos de violência, a instituição acabava tendo a sua imagem denegrida. Deixou claro que a recomendação da Diretoria Regional de Ensino vinha no sentido contrário, ou seja, que a direção da escola jamais deixasse de fazer o boletim de ocorrência, até pela possibilidade de ação da polícia. Declarou que, ainda assim, o diretor tinha receio do que vinha depois, não por falta de ação dos órgãos de segurança, mas pelos exemplos que se tinha na região, como caso recente ocorrido em Jacareí, onde a vice-diretora fora assassinada por combater diretamente o traficante.

Consultado pelo presidente da CAS sobre qual sua sugestão em termos de um trabalho que trouxesse resultado positivo para a sociedade e ações concretas em relação ao Programa JCC, o Dirigente Regional de Ensino comentou que o trabalho proposto pelo Cabo Lencini era muito importante e relatou que desde 1995 vinham sendo desenvolvidas pelo Estado várias campanhas, tais como “Prevenção Também se Ensina”, e que estavam em realização projetos como o “Está na Roda uma Conversa Sobre Drogas” e o “Escola é Vida”.



“Não adianta só a ação coercitiva. É preciso também desenvolver um trabalho social, valorizando a família, valorizando os bons hábitos. O Programa Jovens Construindo a Cidadania vem ao encontro daquilo que se acredita ser o melhor para a sociedade: a criação de ações sociais diretas, que elevem a auto-estima do aluno, conduzindo-o a um caminho que não o das drogas, o da violência”. (Valter Dias Lopes).

Além dos programas referidos, ele mencionou recente ação de manter a escola aberta, como o Programa “Escola da Família”, que em algumas comunidades vinha apresentando bons resultados. Nas palavras dele, tudo isso ainda era pouco e mais ações eram necessárias.

Quanto à pergunta do edil Prof. Régis sobre o que poderia ser feito de concreto junto ao Programa JCC, o Dirigente Regional de Ensino

declarou que ações nesse sentido já vinham sendo realizadas, pois o Cabo Raul já estava visitando algumas escolas da rede estadual e desenvolvendo um trabalho bastante positivo.

O vereador Prof. Régis reiterou a pergunta, referindo-se a quais ações poderiam ser acrescentadas àquelas que já estavam sendo tomadas. Valter Dias Lopes analisou que o Cabo Raul Lencini podia ter tido algum problema – e sobre isso gostaria de ouvi-lo - dada a natural resistência de alguns, a princípio, mas atualmente a Polícia Militar e mesmo a Guarda Municipal faziam parte da equipe da escola. Declarou que só não fora aberto mais espaço ainda porque não adiantava dar um passo maior que a perna, mas as escolas com problemas mais críticos estavam sendo atendidas pelo programa e, para tanto, ele assumira o compromisso de abrir tais escolas.

O Cabo Raul Lencini assegurou a todos que nas nove escolas – oito estaduais e uma municipal – onde vinha atuando, a receptividade fora muito boa e ele estava muito feliz por isso. Frisou que no momento estava em busca de parcerias em função das dificuldades que educadores e policiais estavam tendo.

A respeito da rede municipal de ensino, Maria Letícia Fonseca Aliano, representando a Secretaria Municipal de Educação, relatou que, a princípio, os problemas narrados pelo policial militar estavam ausentes das escolas da rede municipal, já que nestas estudavam crianças com até dez anos de idade e ela não recebera qualquer reclamação de diretores sobre tais ocorrências, mas que estaria averiguando.

Discordando, Marisa Ferreira de Lima, Conselheira Tutelar, alegou que tudo, Estado e Município, ia parar no Conselho Tutelar e ela podia até citar nome de escolas municipais onde crianças davam problemas. Segundo a Conselheira, o que podia acontecer era a tentativa de contornar a situação na própria unidade escolar, esgotando-se todas as possibilidades e transferindo-se o problema para o Conselho Tutelar, como casos de evasão, indisciplina e assim por diante.

“Alertamos para o fato de que, das atribuições do Conselho Tutelar não consta o atendimento de adolescente autor de ato infracional, mas é justamente essa a maioria dos casos atendidos pelo referido conselho. São cinco conselheiros para atender uma população de cerca de cento e quarenta mil habitantes”. (Marisa Ferreira de Lima).

Para a Conselheira Marisa Ferreira de Lima, o problema apresentado pelas crianças geralmente originava de disfunção familiar e raramente o Conselho Tutelar recebia um caso que não tivesse como origem pais separados, mães alcoólatras, violência doméstica, a ponto de crianças – até doze anos, às quais só cabiam medidas de proteção e não socioeducativas – bater no professor. Ela citou casos atendidos pelo Conselho Tutelar de ocorrências em escola que não cabiam a tal Conselho.

Ao comentar que o referido órgão também enfrentava problemas, relatou que, quando o Cabo Raul procurara o Conselho Tutelar, a idéia era que existisse um fórum de debates, para uma atuação junto com o Judiciário, com o Ministério Público, Legislativo, Executivo, a fim de que todas as situações fossem revistas.

Concordando com o vereador Prof. Régis de que era preciso partir daquela reunião uma proposta de fórum de debates, Marisa Ferreira de Lima sugeriu que o trabalho começasse com medidas preventivas junto às escolas de educação infantil e fossem desenvolvidas ações junto aos pais. Reconheceu que isso era atribuição do Conselho Tutelar, mas que era preciso espaço físico para desenvolver o trabalho, defendendo, também, a jornada ampliada.

Indagada sobre os problemas do Conselho Tutelar, ela declarou que, apesar de conselheira, entendia que o Estatuto da Criança e do Adolescente também tinha algumas falhas, pois ela, por exemplo, considerava absurdo que adolescentes não pudessem estar trabalhando. Por outro lado, destacou o apoio que o Conselho Tutelar tinha da Guarda Municipal, da Polícia Militar, em termos de atendimento, observando que, de órgão de proteção, o Conselho tinha se transformado em órgão de punição. Ao lado disso, considerou que algumas escolas não apresentavam problema por fazer uso da transferência compulsória, enquanto outras, apesar de excelentes diretores e corpo administrativo, enfrentavam situações caóticas, como a escola Prof. Luiz Roberto Pinheiro Alegretti. Concluindo, reconheceu que o problema com adolescente era maior, mas assegurou, dirigindo-se à Supervisora Municipal de Ensino, que também a educação infantil vinha apresentando bastante problema.

Quanto a questões formuladas pelo edil Prof. Régis, a Conselheira Marisa Ferreira de Lima declarou que antes a predominância da violência estava entre os meninos, mas, atualmente, vinha crescendo de modo muito rápido na classe feminina. Sobre a origem dessas crianças e adolescentes, a Sra. Marisa informou que a maioria era de Bragança Paulista, embora também existissem pessoas de outras cidades.

Ismara de Carvalho Bastos, Voluntária do Programa JCC, declarou que a Sra. Marisa havia lembrado muito bem ao fazer menção de que o Conselho Tutelar fora criado para garantir direitos e não para atender a atos infracionais e problemas semelhantes.

“O que acontece é que a sociedade não tem uma definição, de forma clara, das atribuições de cada um dentro desse processo e por isso fica um sem tamanho. Assim, a atribuição acaba recaindo sobre quem a assume e o Conselho Tutelar, então, realmente se sobrecarrega com um monte de problemas que não é dele”. Ismara de Carvalho Bastos

Discorrendo sobre ações que seriam de determinado órgão mas tomavam outro rumo por conta de atitudes tomadas com o intuito de resguardar o nome da instituição escolar, ela citou a situação da Comenor, explicando que tal entidade não tinha estrutura para atender a noventa por cento dos casos que vinha atendendo.

Celso Antunes Rodrigues, Presidente do Conselho Municipal da Educação, disse acreditar que a prática da violência não atingia só adolescentes, mas igualmente crianças. Em seguida, ele perguntou se na Polícia Militar existia algum levantamento de índice da situação nas escolas e o que vinha sendo feito através do Programa JCC. Justificou que tais informações eram importantes para se saber até que ponto poderia haver colaboração por parte dos professores, diretores e para que o Conselho de Educação pudesse orientá-los nesse sentido.

Respondendo, o Cabo Raul Lencini considerou que o Programa JCC, embora tivesse trinta anos, era recente no Brasil e em Bragança Paulista muito mais, pois nesta cidade tivera início em 2003, com três meses de atuação na escola EEMABA e três meses na escola Profa. Maria Elisa Quadros Câmara. Discorrendo sobre todas as etapas de apresentação e de implantação do projeto nas escolas, explicou que o processo levava um tempo, destacando que em 2003 trabalhara com duas escolas e em 2004 já estava com nove. Sobre serem escolas da rede estadual, justificou que o volume de problema nelas era maior, conforme fora detectado no projeto-piloto desenvolvido nas duas escolas em 2003. Esclareceu que, portanto, efetivamente, tinham sido tomadas, até aquele momento, pequenas ações, como campanhas do agasalho, campanhas de arrecadação de alimentos. Enfatizou que o marco positivo do processo havia sido o interesse dos alunos, o que, para ele, já tinha sido uma grande conquista.

Celso Antunes convidou o Cabo Raul Lencini para que comparecesse à próxima reunião do Conselho Municipal de Educação, no qual seria aberto espaço para que o policial pudesse falar com os conselheiros a respeito do Programa JCC. Acrescentou que o Município vinha fazendo alguma coisa a respeito do PETI, um programa que, segundo ele, exigia o envolvimento do aluno com a escola em jornada ampliada e, assim, o aluno ficava mais disponível a fazer atividades diferenciadas, evitando-se que esse aluno, depois da aula, ficasse circulando a escola para fazer outras coisas.

“Especificamente em relação ao Programa JCC, o Conselho Municipal de Educação pode participar no sentido de conscientizar as diretoras para aceitação do trabalho. É importante acrescentar a necessidade de envolvimento de toda a sociedade nesse fórum de debates, considerando que o problema da violência, no momento, é de âmbito mundial e não somente de Bragança Paulista”. (Celso Antunes Rodrigues).

Houve consenso sobre proposta do presidente da CAS, vereador Prof. Régis, para que, inicialmente, fosse realizado um Fórum de Debate a respeito do assunto. Para a realização de tal evento, ele sugeriu que fosse formada uma Comissão Pró-JCC, o que, igualmente, foi acatado pelas pessoas presentes.

A Conselheira Tutelar Karina Célia Mancinelli falou da necessidade de conscientização dos professores, relatando situações que, para ela, sustentavam tal proposta. Por sua vez, Marisa Ferreira de Lima alertou que estavam acontecendo muitos problemas de droga-adicção e o Conselho Tutelar tentava conseguir a internação. Comentou que em Bragança Paulista existiam sete, oito clínicas nessa área, para tratamento de criança e adolescente, mas o custo de cada tratamento estava em torno de quatrocentos e cinquenta a quinhentos reais mensais, além do custo de cesta básica, produto de limpeza, higiene pessoal e tudo o mais. Relatou que o Conselho Tutelar não tinha local para encaminhar os adolescentes com tal problema. Registrou que o Centro de Recuperação Portal de Luz - de Vargem, do Sr. Antônio Carlos - era a única clínica que vinha atendendo ao Conselho Tutelar com vaga social.

Observou que, em relação a toda criança usuária de entorpecente, geral e infelizmente, a família não tinha estrutura nenhuma, eram famílias com renda muito baixa e os conselheiros tutelares, inclusive, acabavam arcando com o custo de cestas básicas e até chegaram ao ponto de

solicitarem ao MM. Juiz da Vara da Criança e da Juventude que as pessoas sentenciadas com trabalhos comunitários pagassem com cesta básica, para que pudessem ser mantidas vagas sociais nas clínicas. Comentando que tal atribuição não era do Conselho Tutelar, observou que este internava, abrigava a criança espancada ou violentada e ainda tinha de dar suporte à família e isto era muito difícil para os conselheiros.

Ela sugeriu que algum dono de clínica ou alguém que trabalhasse na área de droga-adicção participasse da comissão de debates e pudesse dar orientações a respeito. Disse que devia ser revertido também para os trabalhos de competência do Conselho Tutelar recursos provenientes do desconto de Imposto de Renda para ações voltadas à criança e ao adolescente. Comentou que ela não sabia da existência disso.

Na seqüência, informou que no Conselho Tutelar havia cinco psicólogos voluntários, porque na rede pública - e ela não citava como crítica, pois achava que a demanda era muito grande na saúde - a agenda do psiquiatra já estava para consultas no próximo ano ou com psicólogos para atendimento em grupo, a cada dois meses.

Quanto ao Fundo citado pela Conselheira, Celso Antunes Rodrigues fez pergunta ao presidente Prof. Régis sobre se havia sido encaminhado o projeto relativo à destinação de Imposto de Renda para o Fundo da Criança e do Adolescente. O presidente Prof. Régis explicou que em 2001 e 2002 houvera abordagem de tal tema na Comissão de Assuntos Socioeconômicos, a qual, na ocasião, contara com a participação de representantes da Associação dos Contabilistas e de outros segmentos. Observou que foram os contadores que iniciaram a campanha. Karina Célia Mancinelli, também Conselheira Tutelar, declarou que, para o funcionamento da destinação de parte do IR ao Fundo da Criança e do Adolescente, era necessário que o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA – estivesse ativo e não parado como estava no momento.

Maria Assunção dos Santos, esclarecendo que participara como colaboradora do CIESP, explicou que - em relação a ONGs, entidades, instituições, grupos de trabalho social ou assistencial necessitados de verba – sempre existia problema quanto a fazer o projeto, pois devia existir um planejamento. *“Empresas só trabalhavam com cronograma e planejamento”*, frisou.

Acerca da menção feita sobre o CMDCA, afirmou que, se realmente tal órgão não estivesse funcionando ou se fosse arbitrado somente para dizer que ele existia, nenhuma empresa daria dinheiro sem saber para onde iria esse dinheiro.

Ela deu ênfase à necessidade de: planejamento; cronograma de atividades; listagem constando quem eram e quais as funções das pessoas participantes, no caso do fórum de debates ou de comissão, indicando-se o objetivo das ações. Acrescentando que o Cabo Raul falara em parceria, comentou que o Conselho Tutelar e a Secretaria da Educação colocaram-se à disposição e que, também, as diretrizes orçamentárias estavam na Câmara para ser votadas e, talvez, os vereadores Prof. Régis e Nicola pudessem constar nas diretrizes, na verba da educação, uma solicitação específica para o projeto JCC. Justificou que considerava uma atitude prática a inclusão disso na programação orçamentária para 2005, fosse qual fosse o prefeito.

Concordando quanto à necessidade de projeto, Celso Antunes registrou que sua preocupação, no momento, era saber o que estava emperrando o andamento do projeto exposto pelo Cabo Raul. Solicitou que seu nome, como representante do Conselho Municipal de Educação, constasse da comissão que estava sendo formada na CAS.

O Cabo Raul Lencini sustentou que, de imediato, ele estava buscando parcerias para ações como a desenvolvida pela empresa Microlins. “Essa empresa está ajudando o Programa JCC sem destinar dinheiro, mas mediante a colocação de profissionais para darem palestras sobre ética e cidadania. Essas palestras já atenderam cerca de mil e seiscentos alunos, oferecendo-lhes noções sobre os temas citados e dando-lhes, ainda, noções para motivação pessoal” – apontou, agradecendo à Sra. Renata, da empresa Microlins, pela colaboração.

O vereador Prof. Régis considerou interessante que as palestras não fossem ministradas por pessoas da própria escola, a fim de gerar expectativas diferentes no aluno.

Renata de Almeida Nico, da empresa Microlins, opinou que, independentemente da questão de parcerias com empresas e órgãos públicos, todo ser humano carregava dentro de si a vontade de ajudar, principalmente quando se falava em criança.

Ela ressaltou que Assistência Social e Conselho Tutelar eram órgãos que trabalhavam com problemas muito maiores do que os que estavam dentro da casa de cada pessoa.

Acerca do que pudera perceber na atuação junto com o JCC dentro das escolas, registrou que o gasto em dinheiro fora irrisório e era possível despertar nos profissionais, nos pequenos comerciantes, a vontade de fazer alguma coisa.

“No caso da Microlins, a vontade de ajudar gerou um trabalho muito legal, no qual se percebeu que as crianças e os jovens têm sonhos e potencial, sendo necessário, apenas, colocar isso para fora. Às vezes não se trata tanto de dinheiro, mas de ações. E tais ações acabam sendo importantes também para a própria empresa, tanto no aspecto do envolvimento de seus funcionários com as questões sociais quanto na repercussão para os negócios”. (Renata de Almeida Nico).

Maria Assunção dos Santos registrou que, quando falara com o Cabo Raul a respeito de elaborar o projeto para pedir patrocínio, dissera a ele que a primeira empresa a aderir a essa parceria social seria a Microlins. Observou que ela falara em se fazer primeiro o projeto pensando mesmo em termos de investimento, pois sua proposta era a de que o JCC obtivesse cotas de patrocínio em dinheiro e fosse, assim, garantida a sobrevivência do programa. Em sua opinião, o programa emperrava na parte financeira. Também opinou que seria importante a participação de alguém do Conselho de Segurança (Conseg) na comissão referente ao JCC.

O Cabo Raul Lencini mencionou que caberia na comissão alguém do Conseg e, na opinião dele, também um representante do Poder Judiciário e da Polícia Civil. Ismara de Carvalho Bastos cobrou da CAS o convite que ela sugerira para que também participassem dos trabalhos relativos ao JCC o grupo técnico de assistentes sociais e psicólogas do Fórum. “A participação deles é muito importante para a gente. É um assunto afeto também ao Judiciário e acho que eles podem dar um respaldo legal às ações que podem ser realizadas através do JCC.

Em resposta a questão apresentada pela voluntária Ismara, o Dirigente Regional de Ensino, Valter Dias Lopes, informou que, em termos de Secretaria de Estado da Educação, existiam projetos genéricos, tais como o “Comunidade Presente” e um outro projeto, muito grande, chamado “Está na Roda”, este voltado para a questão das drogas. Citou que em 1995 houvera o projeto Escola é Vida, que também trabalhara com isso e fora muito bom, surtindo algum efeito. Ele destacou a necessidade de se atuar também na prevenção: “É preciso atuar em relação à raiz do problema: trabalhar com o menino que já está nas drogas, mas também chegar antes do problema”. Afirmou que era na prevenção que o Cabo Lencini pretendia atuar e era nisso que todos precisavam trabalhar fortemente, fazendo com que a criança e o adolescente tivessem opções prazerosas muito mais intensas e encontrasse outras coisas a fazer para que a droga não chamasse sua atenção.

Diléa Lopes Correa Pinto, assistente social e representante da Universidade São Francisco (USF), informou que o Cabo Raul já estivera



naquela instituição universitária conversando com o professor Evandro, Pró-Reitor Comunitário, e expusera o trabalho do JCC.

Ela ressaltou que a Universidade tomara conhecimento das dificuldades enfrentadas pelo Cabo Raul e estava totalmente aberta, inclusive já tendo sido transmitida à Coordenadora do Curso de Pedagogia a necessidade de integração de algumas atividades que ajudassem a compor o programa tão bonito que a Polícia Militar estava fazendo.

A representante da USF destacou que achava louváveis esse trabalho e a tranquilidade com que o policial vinha à comunidade pedir apoio para melhorar a situação das escolas. Declarou, também, que os Coordenadores de Curso de Direito e de Pedagogia da USF já estavam se reunindo e pensando em algo: segundo ela, um estudo rápido que, entretanto, não podia ser feito em um só dia. Comentou que a estagiária do Curso de Pedagogia, presente no debate, estava representando a Assessoria de Coordenação, e então a Universidade estava compondo com a comunidade o trabalho referente ao JCC.

Presidente do Rotary Club de Bragança Paulista e também participante do Conseg, Aldo Vasconcellos noticiou que uma das avenidas de atuação do Rotary Club era a Avenida da Juventude e o Cabo Raul podia contar com o Rotary. Colocando-se à disposição, afirmou que o Cabo Raul podia ir à reunião rotária, realizada às quintas-feiras, para fazer uma explanação do que fosse necessário. "Eu só queria dar este testemunho de querer ajudar, porque eu acho que a questão da violência envolve um dever de todos nós. Acho que devemos diminuir os pichadores, acabar com a droga. Então o Rotary Club vai ser parceiro de vocês", frisou o Sr. Aldo.

Na condição de professor, Edmir Batista Cruz, considerou que alguém devia estar falando em nome desses profissionais do ensino. Opinou que o trabalho do Cabo Raul vinha ao encontro da ajuda que os professores precisavam. Observou que não só professores como também diretores tinham muito medo - medo de se expor, medo de falar - porque não sabiam a quem pedir ajuda. Segundo o professor, o JCC devia também capacitar os professores para que este soubessem como lidar com as situações.

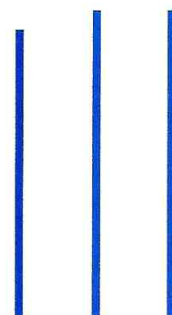
Ele disse que cada caso era um caso, porque o que funcionava numa escola e em outra às vezes não funcionava.

Há alguns trabalhos maravilhosos em escolas, como, por exemplo, na Escola Circe, a de Atibaia, na Escola José Nantala, de Bragança Paulista. Na escola Cásper Líbero, o Professor Neivaldo está com um trabalho maravilhoso, com base no filme Tróia, sobre a Grécia. Sendo orientado como sobre agir, o professor terá onde se apegar e as coisas mudarão". (Edmir Batista Cruz)

Concluindo, o Professor Edmir afirmou ser difícil trabalhar com a questão da droga não só no portão da escola, mas às vezes dentro da sala de aula também.

Marcos Geraldo de Oliveira explicou que viera pelo Conseg e era cidadão bragantino. A respeito da proposta de formação de comissão e da citação quanto à necessidade de convidar o Judiciário, o Legislativo, o Executivo e outros membros, disse que ele, com sua experiência no Conseg - um trabalho voluntário como também lhe parecia ser o do JCC - achava que não adiantava muito forçar a presença de todos e a todo custo.

“O Judiciário mantém as portas abertas para apoio ou conversa futura, assim como a Câmara Municipal, o Conselho Municipal de Ensino, a Delegacia de Ensino, o próprio Rotary e a OAB. Então, acho mais produtivo que, aproveitando o espírito voluntário das pessoas presentes, seja formada de imediato a Comissão do JCC e esta elabore os programas para, aí sim, buscar a colaboração de todos”. (Marcos Geraldo de Oliveira).



Lembrando que havia nas escolas o HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) – um período a mais que os professores faziam uma vez por semana – o Presidente do Conseg sugeriu que, em tal horário, fosse colocado o Programa JCC para os professores ou que, então, os professores selecionassem alguns pais de filhos problemas e desenvolvessem trabalhos pequenos. Sustentou que a Comissão do JCC já deveria iniciar sua atuação fazendo algo para direcionar o trabalho. Esclareceu que ele não conhecia com exatidão o trabalho do Cabo Lencini, mas a idéia do HTPC talvez fosse muito produtiva.

Representando a Secretaria Municipal de Educação, Marisa Bigon Antunes Rodrigues declarou que enquanto mãe, professora e educadora a sua grande preocupação era com as drogas e com a ingestão de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes. Ao citar que falava isso em relação às escolas municipais – as quais, explicou, cuidavam de crianças, desde o berçário até quarta série, trabalhando com bebês e até adolescentes e pré-adolescentes, além da educação de jovens e adultos – revelou que tivera

oportunidade de trabalhar no projeto de Educação Solidária, na Penha, cerca de cinco ou seis anos atrás, e lá tivera alunos que chegavam drogados para a escola, trabalhadores usuários de drogas e de bebida alcóolica.

Destacou que naquela ocasião ela resolvera percorrer o Bairro da Penha para fazer um levantamento das famílias nas quais podiam existir usuários de drogas. Revelou que seu levantamento abrangera pessoas na faixa etária de seis a dezesseis anos, verificando-se que trezentas e trinta crianças e adolescentes eram usuários de droga. Pensando nisso, ressaltou que participara de uma comissão para criar uma brinquedoteca, atualmente muito bem cuidada pelo Padre Sebastião no Bairro da Penha: o denominado Projeto Nascer de Novo, um projeto criado para tirar a criança da rua e dar-lhe um tratamento melhor. “Uma criança e três anos, quando oferecemos leite, teve muito náusea e vomitou muito porque o costume dela era tomar cerveja e o leite fez mal para ela”, relatou a supervisora.

Frisando que a partir dali sua preocupação aumentara muito mais, disse que, ao assumir na Secretaria Municipal de Educação a função de supervisora, pudera obter um campo mais livre e ter contato com a maioria das escolas, ter conhecimento dos bairros, das famílias da comunidade. Noticiou que ela, enquanto Supervisora da Escola Especial, sabia que alguns pais apareciam drogados às reuniões, pais que apareciam alcoolizados.

Sobre o tema em debate na CAS, colocou-se à disposição, em nome da Secretária Municipal de Educação. Sugeriu que fosse realizado um levantamento das escolas por bairro e convidou o Cabo Raul para que ele conversasse nos bairros, em reuniões de pais, não somente com os HTPCs das escolas, todas as segundas e terças-feiras com uma duração de duas horas, como, igualmente, em um lugar mais espaçoso, onde pudesse ser reunido maior número de pessoas e onde o Cabo comparecesse quantas vezes fossem necessárias para começar a semear a idéia.

“O JCC é um programa sério de educação e prevenção e de combate à droga, mais voltado principalmente para a base, ou seja, a família. É preciso unir esforços e descruzar os braços para que o JCC aconteça e é necessária a presença de todos para ser realizado um bom trabalho, inclusive, se necessário, um movimento ‘Não às Drogas’, com campanhas nas ruas, sem medo de nada, levantando bandeiras”. (Marisa Bigon Antunes Rodrigues).

Marisa Ferreira de Lima informou que normalmente os diretores e professores apuravam a evasão escolar e então, a fim de que o Conselho Tutelar não tivesse que receber todo mundo, pois não eram poucos os adolescentes, selara-se um acordo para que as reuniões ocorressem nas escolas. Ressaltou ser muito positivo aquilo que a supervisora Marisa dissera. Como Conselheira Tutelar e palestrante sobre o problema da evasão escolar, afirmou que realmente notava ser freqüente o problema de a mãe não saber que o filho que saía de casa para ir à escola ficava nas imediações.

Ainda sobre atividades em realização pelo Conselho Tutelar, ela citou o trabalho nas escolas, que estava sendo bastante proveitoso, de receber mães e filhos de uma única vez – na mesma reunião – para explanar sobre drogas, uniformes e, inclusive, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Considerou muito interessante a proposta de sua antecessora de se sair às ruas e levantar bandeiras e faixas, pois, afirmou, realmente muitos pais e mães estavam em precisando desse tipo de solução.

O Cabo Raul Lencini, na reunião do mês de junho, trouxe alguns cartazes que ele recolhera em algumas escolas. Explicou que tais cartazes haviam sido feitos por alunos. Pediu às pessoas presentes para observarem que os alunos se identificavam e que dos cartazes constavam o nome da maconha e referência ao Hip Hop. Também pediu que observassem a inscrição VA e disse que, a princípio, tal inscrição seria apenas uma insígnia, só que também estava aparecendo em outros cartazes.

Ele explicou que o Hip Hop era cultuado por alunos como uma máscara para atitudes que tomavam, uma cultura da idade deles. Durante a exposição dos cartazes, alertou que era possível observar o início das gangues e comentou que as inscrições citadas por ele constavam também de outros cartazes. Chamando a atenção para um dos cartazes exibidos, citou que ali estavam constando as palavras fumacê e PCI e que PCI, para quem não conhecia, significava Primeiro Comando do Interior. “Então, nós estamos falando aqui de um grupo organizado. Observem os senhores que neste outro, também identificado, até com a classe do aluno, há a característica de um indivíduo com um número, 157. Para quem não conhece, é um artigo que significa roubo a mão armada”, comentou, informando que os cartazes estavam em escola da zona leste, foram produzidos até no decorrer do Programa Escola da Família e colocados na escola em final de semana por alunos que freqüentavam o referido

programa. Ressaltou que, tão logo ele demonstrara à direção da escola o real significado de tais cartazes, estes foram imediatamente removidos.

Edmir Baptista Cruz observou que às vezes certos adolescentes, não tendo a amplitude geral do que era bandidagem, viam certos garotos como ídolos, não sabiam que aqueles garotos estavam traficando para viver, que estavam envolvidos com drogas. “Elementos perigosos são vistos como ídolos e esse é o grande problema”. enfatizou o professor. Ele contou casos que presenciara a esse respeito.

Concordando com o professor Edmir, o Cabo Raul Lencini expressou que o maior problema era esse e, se a sociedade não tomasse conta da situação, os elementos perigosos formariam grupos cada vez mais fortalecidos e a situação ficaria cada vez pior. Ele mostrou às pessoas presentes uma bomba de fabricação caseira, comentando que ela era muito usual nas escolas. Frisou que era preciso ter controle sobre isso, observando que evidentemente não se conseguiria conter todo o vandalismo, mas que, por outro lado, talvez ninguém tivesse pensado em combater tal problema e eles estavam ali, reunidos na sessão da Comissão de Assuntos Socioeconômicos, talvez pela primeira vez estavam se juntando e formando um grupo, também organizado, de ação contrária aos problemas.

Em relação às bombas, Valter Dias Lopes afirmou que jamais era dito à direção que não tomasse atitude nenhuma. Informou que a direção era orientada para ficar atenta, para pegar, porque, como o autor não se condenava, os professores todos, todos os funcionários e o próprio diretor da escola eram orientados para ficarem atentos. Acrescentou que, depois que a bomba explodia, dificilmente se conseguia pegar o culpado, porque este não se condenava. Esclareceu que não estava, com isso, dizendo que concordava com que soltassem a bomba, pois queria que o culpado fosse identificado e fosse aplicada uma punição em regra.

Diléa Lopes Correa Pinto destacou que não seria a punição que resolveria o problema e muito menos o problema era da escola. Ressaltou que o problema era educativo e vinha da família, vinha da casa. “São problemas que vêm de casa. A escola não vai dar conta disso nunca, nem é papel dela. O papel da escola é educar, passar o maior conteúdo possível e orientar, mas o papel de educação e de orientação tem que ser da família e ela não tem sido preparada para isso. A nossa estrutura social, cada vez mais, está tirando essa possibilidade da família”, disse. Ainda enfatizou que, conforme expressara o professor Valter, era preciso criar a possibilidade de que essas crianças tivessem alternativas mais prazerosas do que usar droga e isso devia começar pela valorização da própria criança, pela valorização da atitude boa que ela tinha e não da atitude ruim.

“A sociedade bragantina tem nível cultural e profissional, com concentração de pessoas em condições técnicas para poder trabalhar nisso. Se o grupo do JCC fizer um bom planejamento e trabalhar em cima de idéias coerentes, conseguirá, ainda que a médio e a longo prazos, chegar a um ponto razoável para que Bragança não tome uma direção pior”. (Diléa Lopes Correa Pinto).

“A escola seria para a gente um instrumento para trabalhar a questão da violência, da delinqüência juvenil, porque não temos como atacar individualmente o problema. Então, vamos ter que atuar em algum meio em que haja uma concentração e que a gente possa puxar daí a questão da família. Como a escola estadual abrange um número maior de adolescentes, ela acaba

Foi colocada por Ismara de Carvalho Bastos proposta de que a Comissão do JCC, a ser formada, avaliasse a metodologia para realização de dois projetos: um de prevenção e outro para amenizar os problemas que já estavam postos.

Leandro Luiz Caetano, do Conseg, considerando os diversos órgãos com atuação na área da criança e do adolescente, como Conselho Tutelar, organismos da educação, o próprio JCC, perguntou o que era feito para punir o aluno num caso como o das bombas e se existiam regras no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que não permitiam fazer tal ação. Observou que ele estava com trinta e um anos e desde sua infância via ocorrer o problema de bomba nas escolas. Comentou que nenhuma medida era tomada.

Sobre a questão do ECA, Marisa Ferreira de Lima, afirmou: “ainda bem que o ECA existe, pois assim é possível garantir os direitos de outras crianças e adolescentes”. Ela comentou que, conforme defendido pelo Professor Valter, não dava para generalizar. A Conselheira Tutelar revelou que ela própria, muitas vezes, também fora contrária à posição do ECA em alguns aspectos, mas que, se não fosse por conta desse estatuto, muitos, inclusive entre eles que estavam debatendo, não estariam preocupados com a questão.

“Quando o nosso país, quando o povo começar a entender que criança tem que ser prioridade, a gente consegue começar a trabalhar”, acentuou, repetindo que enquanto não se trabalhasse a família não se trabalharia adolescente, não se trabalharia criança, porque todo o problema decorria da disfunção familiar.

Revelou que ela, ao atender casos de evasão escolar, falava do artigo 249 do ECA, ou seja: 'descumprir dolosa ou culposamente os deveres do pátrio poder decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação judiciária ou do Conselho Tutelar: , multa de três a vinte salários de referência'. Opinou que, quando se mexia no bolso do cidadão, mudava a figura. Sustentou, ainda, que se não existisse referência em casa não se transmitiria isso ao filho, se o filho não tinha hora para dormir, não tinha hora para levantar, não tinha limite, ele não respeitaria o professor.

Informou que eram cinco conselheiros tutelares para o atendimento a quase cento e quarenta mil pessoas, ou seja o povo da cidade, e algumas vezes ela já estivera no Rotary, onde fora muito bem recebida. Acentuou que punir não era competência do Conselho Tutelar, mas do Ministério Público ou do Judiciário.

Sobre encaminhamento de adolescente com um boletim de ocorrência para a Febem , a conselheira Marisa de Lima ressaltou que a Febem não era lugar para ninguém, mas ela não iria mentir que nunca falara para um menino que, se ele não a respeitasse, ela o mandaria para lá. "Um monte de gente faz isso porque é preciso controle", comentou.

Considerando que não seria a escola a educar, ela enfatizou a necessidade de um projeto de conscientização das mães. Comentou que no Projeto Arco-Íris a pessoa tinha uma cesta básica e, por suposição, poderia ocorrer: "você vai ter um filho agora, se você tiver um filho daqui a um ano você perde a cesta básica", então a pessoa não teria outro filho porque não teria ajuda. Também comentou sobre existirem casos de pessoas que moravam nas imediações e davam o endereço de Bragança para participarem do referido programa. Em seguida e ainda com a palavra, a Sra. Marisa, na condição de Conselheira Tutelar, considerou prioritário um trabalho de conscientização inicialmente nas escolas, direcionado aos professores, para que estes não ficassem com tanto receio.

### **2.3 COMISSÃO DO JCC: um grupo empreendedor**

Na sessão da CAS em junho foi composta a Comissão Pró-JCC. Inicialmente, ficaram como membros os cidadãos que estavam participando dos debates naquele mês, ou seja: Raul Lencini, coordenador do Programa JCC; Marisa Ferreira de Lima, do Conselho Tutelar; Marisa Bigon Antunes Rodrigues, da Secretaria Municipal de Educação; Celso Antunes Rodrigues, do Conselho Municipal de Educação; Marcus Geraldo de Oliveira e Leandro Luiz Caetano, do Conseg; Valter Dias Lopes, Dirigente Regional de Ensino; Ismara de Carvalho Bastos, voluntária do

JCC; Diléa Lopes Correa Pinto, da Universidade São Francisco; Aldo Vasconcellos, do Rotary Club de Bragança Paulista e do Conseg; Edmir Batista Cruz, professor, e todos os vereadores da CAS. No decorrer de seus trabalhos, a Comissão Pró-JCC buscou e obteve novos parceiros, conforme poderá ser verificado na descrição de apoio e patrocinadores do Fórum Social.

Por proposta de Ismara de Carvalho Bastos e Marisa Ferreira de Lima, a Comissão Pró-JCC passou a trabalhar independentemente das sessões mensais da comissão do Poder Legislativo, recorrendo a esta quando necessitasse de suporte do Legislativo.

A CAS registra aqui seu reconhecimento à dedicação e ao empenho desse grupo de cidadãos, representantes de instituições e voluntários, que semanalmente estavam se reunindo para estudar, propor e realizar ações cujo objetivo não era outro senão o de oferecer à criança e ao adolescente novas perspectivas, direcionando-os para uma vida de qualidade e para a cidadania.

O trabalho inicial da Comissão Pró-JCC foi referente à realização do 1º Fórum Social de Bragança Paulista. A seguir, uma síntese do que foi o evento.

## **2.4 1º FÓRUM SOCIAL DE BRAGANÇA PAULISTA: uma síntese**

**Título:** 1º Forum Social de Bragança Paulista – Jovens Construindo a Cidadania. A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

**Iniciativa:** 34º Batalhão da Polícia Militar

**Organização:** Universidade São Francisco – Pró-Reitoria Comunitária

**Público-alvo:** profissionais de áreas afins e educadores.

**Período e local de realização:** 05 a 08 de outubro de 2004, no Centro Comunitário da USF

**Objetivos:**

- despertar a sociedade para a necessidade de esforços conjuntos, para discussão e implantação de medidas que visem à garantia de direitos plenos do cidadão;
- refletir com a comunidade sobre temas que envolvem a violência nas escolas;



- divulgar o Programa JCC para a comunidade bragantina e região
- esclarecer competências das instituições que atuam nas problemáticas que envolvem o programa;
- buscar sugestões para atuação e parcerias.

**Participação:**

- Comissão de Assuntos Socioeconômicos da Câmara Municipal
- Conselho Municipal de Educação
- Conselho Tutelar
- Conselho de Segurança
- Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
- Diretoria Regional de Ensino de Bragança Paulista
- Ministério Público de Bragança Paulista
- Rotary Club de Bragança Paulista
- Guarda Municipal
- Imprensa bragantina
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- Secretaria Municipal de Esportes
- Polícia Civil de Bragança Paulista

**Apoio:**

- Advocacia Rodrigues Consultoria e Assessoria Empresarial
- Microlins
- Microcamp
- Rotary Club de Bragança Paulista
- Foto Sorriso
- Microshop Informática
- Martins Materiais para Construção
- ADPM Regional Bragança
- Bragtur Turismo e Câmbio
- Sistema COP
- Nossa Caixa - Nosso Banco

**Palestras e palestrantes:**

- “Políticas de atendimento à infância e à adolescência no Brasil” , pelo Prof. Francisco Carlos Lopes da Silva, licenciado em Filosofia pelas Faculdades Associadas Ipiranga/SP, especialista em Violência Doméstica contra a Criança e Adoslecente pela USP e Mestre em Educação pela Universidade do Paraná;
- “ECA – Direitos, deveres e reflexos na escola” , pela Dra. Kelly Cristina Álvares Fedel, 4ª Promotora de Justiça de Bragança Paulista;

- “Farmacodependência”, pela Profa. Dra. Fernanda Crossi Pereira de Toledo, Me. e Dra. Em Farmácia – Toxicologia e Análise Toxicológica pela USP, e pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Puls Araújo, Me. e Dr. em Ciências na Área de Farmacologia pela Unicamp;
- “A sociedade e a prevenção às drogas” , pelo Dr. Edemur Ercílio Luchiari, Delegado de Polícia, Diretor da Divisão de Prevenção e Educação – DENARC (DIPE);
- “Origem e metas do JCC”, pelo Capitão PM Jorge Duarte Miguel, Secretário Nacional do JCC.

O encerramento do evento foi marcado com exposição de Proposta Final, pelo Cabo PM Raul Lencini, e com a entrega de certificados.

Coube à CAS dar suporte à elaboração e reprodução de convites e fichas de inscrições e participação do Mestre-de-Cerimônias da Câmara, Fábio de Oliveira Cardoso.

## **2.5 Avaliação do 1º Fórum Social de Bragança Paulista**

No final de outubro, a CAS se reuniu com representantes da Comissão Pró-JCC para uma avaliação sobre a primeira edição do Fórum Social.

O Cabo PM Raul Lencini declarou naquela oportunidade que nada era mais justo do que fazer a avaliação do evento na Câmara, pois, segundo ele, o processo todo tivera origem também em iniciativa da Comissão de Assuntos Socioeconômicos da Casa.

Como aspectos positivos do Fórum realizado, ele destacou:

- a oportunidade para uma análise geral a respeito do interesse da maioria da população e do público-alvo do evento quanto aos problemas relacionados à segurança nas escolas;
- o grande número de pessoas e entidades que buscaram envolvimento com o assunto, considerando que, para ele, isso fora gratificante;
- a percepção do real interesse de cada segmento, de cada pessoa;

- o apoio da Universidade, a qual atraiu público de seus diversos cursos, totalizando uma média de duzentos e cinquenta participantes por noite;

Dos aspectos do evento que não alcançaram suas expectativas, o Cabo Raul citou a morosidade muito grande por parte dos órgãos da educação, pois ele esperava um público muito maior do que o que foi atingido. Explicando, ele apontou que aguardava pelo menos três pessoas por escola e, tendo a região toda cento e oitenta e duas escolas sob jurisdição da Delegacia Regional de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação, existia uma estimativa de participação de quinhentos e quarenta educadores, principalmente diretores e coordenadores, pois seriam as pessoas que dariam abertura para o prosseguimento do programa.

O policial frisou que a iniciativa do evento havia sido plenamente válida, permitindo-lhe uma avaliação sobre a forma como as coisas ocorriam e sobre os caminhos que poderiam tomar dali para a frente. Assegurou que ele pretendia continuar com as atividades do JCC.

Ressaltou que, embora não soubesse o que aconteceria nos próximos quatro anos, era bom frisar que o 1º Fórum Social de Bragança Paulista somente ocorrera por um grande apoio da Câmara Municipal e da Universidade São Francisco. Registrou agradecimento a todos os vereadores e a todos os funcionários da Câmara, assim como à Universidade São Francisco, através da Pró-Reitoria Comunitária, pela parceria com o JCC.

Noticiou que na USF, inclusive, estava em desenvolvimento um programa – O Jovens Protagonistas - coordenado pela Sra. Diléa, também em parceria com a Polícia Militar.

Na visão do vereador Prof. Régis, o Fórum Social fora um sucesso, tanto pelo trabalho do Cabo Raul quanto pelo trabalho da Universidade, tendo sido a Câmara uma coadjutora para que o evento acontecesse. Sua única ressalva sobre o evento: os temas foram discutidos do ontem para o hoje e não do hoje para o amanhã, o que seria mais prático.

O edil afirmou que estava apto a, a partir do próximo ano e como educador, continuar com o Cabo Raul no JCC, tanto para atividades em Bragança quanto para fora da cidade.

Elogiando a participação da Universidade, o presidente da CAS considerou que viera daquela instituição o principal suporte para o Fórum e a parceria pretendida para o JCC.

Observou que não sabia o que aconteceria com a Comissão de Assuntos Socioeconômicos a partir do próximo ano, se ela existiria ou não, se seria absorvida por alguma outra comissão, já que seriam onze vereadores e, na condição atual, a Casa tinha quatro comissões com cinco membros cada uma, num total de vinte lugares. Registrou que, dos integrantes da CAS, somente a vereadora Fabiana fora reeleita para a próxima legislatura.

O Sr. Evandro Luiz Amaral Ribeiro, Pró-Reitor Comunitário da USF, disse acreditar ter sido o 1º Fórum Social um marco no município de Bragança Paulista e ressaltou, primeiramente, o trabalho da Polícia Militar e, em especial, a atuação do Cabo Raul Lencini. Após, falou da alegria deles da USF quando o Cabo Raul os convidara para parceria objetivando o implemento de algumas idéias. Afirmou que do projeto da Polícia Militar “Jovens Construindo a Cidadania” saíra o Fórum Social, assim como o projeto Jovens Protagonistas e ele acreditava que muitas outras ações deveriam ocorrer. Ressaltou que via o Fórum como um momento importante de mobilização social em Bragança. Acrescentou que eles poderiam – ainda no sistema de parceria e, para tanto, ele colocava a Universidade à disposição – dar continuidade às idéias e alterar para melhor a realidade local, do presente para o futuro. Ele enfatizou a importância da mobilização gerada pelo evento e destacou que a presença do vereador Prof. Régis no evento demonstrava, também, uma preocupação da Câmara Municipal com os problemas sociais, o engajamento da Casa e o contato direto com a população bragantina. Considerou ser essa uma postura de vanguarda do Legislativo. Noticiou que eles estavam inaugurando um processo na cidade de discussão a respeito da cidadania, da participação em fóruns como esse criado em relação ao JCC.

Para o Pró-Reitor Comunitário da USF, desde os realizadores e apoiadores até os patrocinadores do Fórum Social, houvera uma mobilização muito significativa, o que se devia à conjugação de esforços da Câmara Municipal, da Polícia Militar, da Diretoria Estadual de Ensino, da Universidade. Ressaltou que os créditos eram de todos. Frisou que ele estava muito satisfeito e que, se havia sido identificada a postura da USF de se abrir à comunidade, essa postura fosse firmada. “É interesse da Universidade realizar, em parceria com a comunidade, com o poder público ações que visem à melhoria da qualidade de vida na cidade de Bragança Paulista”, declarou, frisando que a USF colocava-se à disposição da Polícia Militar, da Câmara Municipal e de todos os que acreditavam numa Bragança melhor, com os pés no chão, sem utopias ou idealismo. Ele agradeceu o trabalho que lhes fora levado pelo Cabo Raul e o trabalho da rede solidária de colaboração de parceiros que se criara. Considerou que

era esse o caminho e, como Pró-Reitor Comunitário da USF, fazia disso a sua bandeira de luta em Bragança Paulista.

Cumprimentando o Cabo Raul pelo Programa JCC, a vereadora Fabiana Alessandri colocou o trabalho dela – independentemente de estar ou não na Comissão de Assuntos Socioeconômicos no próximo ano – à disposição, para estar trabalhando cada vez mais e com mais garra.

Por sua vez, o vereador Dr. Gentil parabenizou o Cabo PM Raul Lencini, enfatizando que desde o início verificara o esforço desse policial, quando viera à tribuna mostrar o esforço empreendido no JCC e a vontade de seguir em frente, de agrupar mais entidades e aprofundar o programa. Ressaltou a parceria da Sra. Diléa e do Sr. Evandro, representantes da USF, destacando que eles acreditaram nos resultados desse Fórum. Disse que, como estaria se despedindo do cargo de vereador em trinta e um de dezembro, prometia passar àqueles que fossem fazer parte da Comissão de Assuntos Socioeconômicos a importância do Programa JCC, pois, embora todos soubessem do quão relevante era o exercício da cidadania para prevenir problemas como os de consumo de álcool e drogas, tudo o quanto pudesse ele transmitiria aos novos componentes da comissão.

Também o vereador Prof. Dorico registrou sua posição. Como educador, ressaltou considerar de suma importância a iniciativa do Cabo Raul e da Universidade São Francisco e o apoio da Câmara, através da Comissão de Assuntos Socioeconômicos. Quanto à expectativa do Cabo Raul de que tivessem participado do Fórum pelo menos três educadores de cada unidade escolar, enfatizou que o policial podia estar certo de que, mesmo não tendo obtido o número esperado de participantes, havia plantado uma semente muito forte porque através da educação se atingia a família e, através desta, atingia-se em cheio a questão da violência.

Considerando que no serviço público de modo geral e não somente na escola a função de diretor estava distorcida, pois o ocupante acabava desempenhando atribuições de rotina – como folha de pagamento, por exemplo – e não sendo o relações-públicas que devia ser, o edil Prof. Régis propôs que houvesse uma reengenharia da questão pública para orientar o que cada um devia fazer. Segundo ele, a falta dessa orientação, infelizmente, era uma falha do serviço público, pois na iniciativa privada havia uma outra postura: o funcionário era contratado e sabia o que ia fazer. Afirmou que essa era uma análise que ele fazia como parlamentar e o certo seria o próprio Executivo realizar esse trabalho, dando ênfase, inclusive, para estruturação de área de Recursos Humanos, a qual não podia ser confundida com secretaria ou outro órgão de Administração, mas ser organizada para cumprir a real função de RH, ou seja: não tratar de questões como punir ou não punir, mas conversar com o funcionário para saber de seus problemas, fazendo com que funcionário e empresa crescessem juntos.

O mesmo vereador destacou que a Pró-Reitoria Comunitária da USF tinha uma missão muito grande na própria Universidade, como também, se quisesse, havia muita coisa a produzir na cidade e, com isso, a instituição universitária cresceria junto. Ele citou lei de sua autoria, sancionada pela administração passada, de isenção dos tributos à Universidade no âmbito municipal, opinando que o recurso proveniente disso devia ser investido na Pró-Reitoria Comunitária para realmente movimentar a sociedade, onde havia um espaço enorme, com segmentos como: o jovem, a criança, a terceira idade, a quarta idade, as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Concluindo a questão, o vereador Prof. Régis registrou na sessão da CAS em novembro: "Sendo esta a última reunião do ano e da legislatura, eu espero que continue sendo feito o trabalho do JCC, que é muito importante para a comunidade. Quem estará envolvido com o trabalho desta comissão só a partir de primeiro de janeiro que saberemos. Então, eu espero que a próxima comissão dê a mesma cobertura como esta deu, nesta legislatura, ao Programa JCC".

### **3 AGRICULTURA E PECUÁRIA: INCLUSÃO COMO TEMA DA CAS**

Por iniciativa da vereadora Fabiana Alessandri e co-autoria dos demais integrantes da CAS, aprovada unanimemente pelo Plenário da Câmara, a Comissão de Assuntos Socioeconômicos passará a tratar, regimentalmente, de questões ligadas à agricultura e à pecuária.

Em 2004, foi dado o primeiro passo, ou seja, a aprovação de projeto com esse objetivo, que deu origem à Resolução N° 02, de 18 de março de 2004, da Câmara Municipal, incluindo a referida atividade no rol de competências da CAS.

A partir disso, a comissão, necessariamente, irá dedicar parte de sua pauta aos debates, à análise de dados e ao encaminhamento de propostas de um setor que, sem dúvida, tem papel marcante na economia bragantina. Questões como a construção de abatedouro e outras de igual importância deverão ser abordadas na CAS e o Poder Legislativo, ouvindo representantes de órgãos públicos, entidades e cidadãos ligados a tais áreas, terá condições de propor as medidas cabíveis.

# **PARTE II**

## **DADOS**

### **ESTATÍSTICOS**

• **DEMOGRAFIA**

**População projetada – Bragança Paulista, ano de 2004**

População total	136.608
População Feminina	69.087
População Masculina	67.521
População Urbana	123.794
População Rural	12.814
Taxa de Urbanização (Em %)	90,62
População de 00 a 04 anos	11.764
População de 05 a 09 anos	10.577
População de 10 a 14 anos	11.282
População de 15 a 19 anos	12.231
População de 20 a 24 anos	13.370
População de 25 a 29 anos	12.609
População de 30 a 34 anos	10.862
População de 35 a 39 anos	9.778
População de 40 a 44 anos	9.448
População de 45 a 49 anos	8.455
População de 50 a 54 anos	6.896
População de 55 a 59 anos	5.552
População de 60 a 64 anos	4.055
População de 65 a 69 anos	3.390
População de 70 a 74 anos	2.759
População de 75 anos e mais	3.580
Taxa Geom. Cresc. Anual População - 2000/2004 (Em % a.a.)	2,29

Fonte: Seade ([www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br))

**Taxas de mortalidade, Bragança Paulista 1999-2003**

INDICADOR	ANO				
	1999	2000	2001	2002	2003
Taxa de Mortalidade Geral (por local de residência) (Por mil habitantes)	7,56	7,01	7,00	7,03	7,27
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	28,15	18,30	20,88	21,20	20,99

Fonte: Seade

**Movimento migratório – Bragança Paulista, ano 2000**

Saldo Migratório Anual	1.332
Taxa Líquida de Migração (Por mil habitantes)	11,90

Fonte: Seade



• **EDUCAÇÃO**

**Matrícula inicial da educação infantil, Bragança Paulista 2000 a 2003**

INDICADOR	ANO			
	2000	2001	2002	2003
Matrícula Inicial na Pré-Escola - Rede Municipal	3.388	4.236	4.708	5.032
Matrícula Inicial na Pré-Escola - Rede Particular	777	1.013	1.010	1.033
Matrícula Inicial na Pré-Escola - Total	4.165	5.249	5.718	6.065
Matrícula Inicial na Creche Municipal	753	814	1.223	1.377
Matrícula Inicial na Creche Particular	215	135	153	140
Matrícula Inicial na Creche Total	968	949	1.376	1.517
Matrícula Inicial na Educação Infantil Municipal	4.141	5.050	5.931	6.409
Matrícula Inicial na Educação Infantil Particular	992	1.148	1.163	1.173
Matrícula Inicial na Educação Infantil Total	5.133	6.198	7.094	7.582

Fonte: Seade

**Matrícula inicial no ensino fundamental, Bragança Paulista 2000 a 2003**

INDICADOR	ANO			
	2000	2001	2002	2003
Matrícula Inicial no Ensino Fundamental - Rede Estadual	10.064	8.942	8.421	8.279
Matrícula Inicial no Ensino Fundamental - Rede Municipal	6.595	7.496	8.140	8.045
Matrícula Inicial no Ensino Fundamental - Rede Particular	4.219	4.389	4.462	4.445
Matrícula Inicial no Ensino Fundamental - Total	20.878	20.827	21.023	20.769

Fonte: Seade

**Matrícula inicial no ensino médio, Bragança Paulista 2000 a 2003**

INDICADOR	ANO			
	2000	2001	2002	2003
Matrícula Inicial no Ensino Médio - Rede Particular	1.911	1.320	1.124	1.151
Matrícula Inicial no Ensino Médio - Rede Pública (Estadual)	4.802	4.820	5.004	5.040
Matrícula Inicial no Ensino Médio - Rede Municipal	-	-	-	-
Matrícula Inicial no Ensino Médio - Total	6.713	6.140	6.128	6.191

Fonte: Seade

## Educação superior, Bragança Paulista 2000 a 2002

INDICADOR	ANO		
	2000	2001	2002
Matrícula na Educação Superior - Total	7.237	7.817	7.577
Matrícula da Educação Superior - Rede Particular	995	1.201	1.366
Matrícula da Educação Superior - Rede Comunitária/Confessional/Filantrópica	6.242	6.616	6.211
Concluintes da Educação Superior - Total	1.163	1.505	1.644
Concluintes da Educação Superior - Rede Particular	126	133	240
Concluintes da Educação Superior - Rede Comunitária/Confessional/Filantrópica	1.037	1.372	1.404
Concluintes da Educação Superior - Área de Ciências Sociais, Negócios e Direito	530	585	579
Concluintes da Educação Superior - Área de Ciências, Matemática e Computação	85	82	79
Concluintes da Educação Superior - Área de Educação	188	195	201
Concluintes da Educação Superior - Área de Saúde e Bem-Estar Social	360	485	484
Concluintes da Educação Superior - Área de Serviços	-	158	301
Matrícula da Educação Superior - Área de Agricultura e Veterinária	112	139	184
Matrícula da Educação Superior - Área de Ciências Sociais, Negócios e Direito	3.242	3.349	2.855
Matrícula da Educação Superior - Área de Ciências, Matemática e Computação	339	364	308
Matrícula da Educação Superior - Área de Educação	946	1.042	1.116
Matrícula da Educação Superior - Área de Saúde e Bem-Estar Social	1.978	2.178	1.954
Matrícula da Educação Superior - Área de Serviços	620	745	1.160

Fonte: Seade

### • CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

#### Número de consumidores, Bragança Paulista, comparativo de 1995 e 2002

INDICADOR	ANO	
	1995	2002
Consumidores de Energia Elétrica Residencial	27.964	40.336
Consumidores de Energia Elétrica Rural	955	1.307
Consumidores de Energia Elétrica Industrial	444	701
Consumidores de Energia Elétrica Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.295	3.562

Fonte: Seade

**Quantidade de energia consumida, Bragança Paulista, comparativo de 1995 e 2002**

INDICADOR	ANO	
	1995	2002
Consumo de Energia Elétrica Residencial (Em Mwh)	64.577	81.689
Consumo de Energia Elétrica Rural (Em Mwh)	13.325	14.944
Consumo de Energia Elétrica Industrial (Em Mwh)	146.322	182.970
Consumo de Energia Elétrica Comercial, de Serviços e Outras Atividades (Em Mwh)	21.547	38.710

Fonte: Seade

**• VOLUME DE CAPTAÇÃO DA POUPANÇA, Bragança Paulista, 2003**

MÊS	EM REAL (R\$)	TAXA DE CÂMBIO (*)	EM DÓLAR
Janeiro de 2003	156.913.287	3,5258	44.504.307,39
Fevereiro de 2003	155.281.305	3,56,32	43.579.171,81
Março de 2003	153.478.823	3,3531	45.772.217,65
Abril de 2003	153.658.380	2,8898	53.172.669,39
Mai de 2003	152.945.950	2,9656	51.573.357,84
Junho de 2003	154.098.672	2,872	53.655.526,46
Julho de 2003	154.232.231	2,9655	52.008.845,39
Agosto de 2003	154.531.096	2,984	51.786.560,32
Setembro de 2003	154.467.699	2,9234	52.838.372,79
Outubro de 2003	154.092.337	2,8562	53.950.121,49
Novembro de 2003	155.779.280	2,9494	52.817.278,09
Dezembro de 2003	158.652.029	2,8892	54.912.096,43
TOTAL	1.858.131.089	37,054	610.570.525,05

Fonte: Banco Central do Brasil.

(\*) Nota da fonte: Cotações para a contabilidade no último dia do mês.

• **HOMICÍDIOS DOLOSOS, FURTOS E ROUBOS, Bragança Paulista, período de 1995 a 2002**

ANOS	População Em 1/7	Homicídios Dolosos		Furtos		Roubos		Furto e roubo de Veic.	
		Nº	Coef.0/00 00	Nº	Coef.0/00 00	Nº	Coef.0/00 00	Nº	Coef.0/00 00
1995	107.611	11	10,2	1.376	1.278,7	105	97,6	181	168,2
1996	109.905	13	11,8	1.603	1.458,5	97	88,3	183	166,5
1997	113.342	9	7,9	1.511	1.333,1	133	117,3	204	180,0
1998	117.008	14	12,0	2.164	1.849,4	157	134,2	287	245,3
1999	120.793	15	12,4	2.438	2.018,3	239	197,9	307	254,2
2000	124.700	8	6,4	2.439	1.955,9	316	253,4	330	264,6
2001	128.733	10	7,8	2.768	2.150,2	366	284,3	366	284,3
2002	132.897	10	7,5	2.507	1.886,4	315	237,0	237	178,3

Fonte: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial ([www.braudel.org.br](http://www.braudel.org.br))